

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

JOÃO HENRIQUE SALLES JUNG

**GENEALOGIA, DISCIPLINA E PODER: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PORTO ALEGRE
2021

JOÃO HENRIQUE SALLES JUNG

**GENEALOGIA, DISCIPLINA E PODER: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao Departamento de Ciência
Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Mielniczuk

PORTO ALEGRE
2021

João Henrique Salles Jung

GENEALOGIA, DISCIPLINA E PODER: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao Departamento de Ciência
Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais.

Porto Alegre, 03 de dezembro de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabiano Mielniczuk
Dep. de Ciência Política (UFRGS)

Prof. Dr. Eduardo Svartman
Dep. de Ciência Política (UFRGS)

Prof. Me. Boris Zabolotsky
Dep. de Ciência Política (UFRGS)

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso visa tecer críticas, através de uma abordagem foucaultiana, ao viés teórico de matriz positivista das Relações Internacionais. Pretende-se absorver os conceitos de genealogia, disciplina e poder, tratados por Foucault, em vias de analisar as Relações Internacionais por um prisma que retire a perspectiva estática desta matéria. Para isso, utiliza-se de um arsenal interdisciplinar que conjuga saberes de matérias como as Ciências Sociais, as Relações Internacionais, a Filosofia, entre outros. Assim, defende-se que a realidade internacional é constituída por uma série de relações que criam e recriam seus objetos de forma difusa, contrariando os pressupostos das teorias *mainstream* das Relações Internacionais, as quais idolatram determinados pressupostos e reificam a reflexão sobre a política internacional.

Palavras-Chave: Teoria das Relações Internacionais; Michel Foucault; Genealogia; Disciplina; Poder.

Abstract

This dissertation aims to criticize positivist approach on International Relations theory. Through a Foucauldian perspective, I take the genealogy, discipline, and power concepts to analyze International Relations in a way that deconstructs static points of view. To do that, I use an interdisciplinary approach which takes elements from Social Sciences, International Relations, Philosophy, among others. Therefore, this dissertation argues that international reality is constituted by a series of relations that creates and recreates their own objects in a diffuse mode. It challenges the premises that comes from mainstream International Relations Theory, which idolize some assumptions, reifying international politics reflections.

Keywords: International Relations Theory; Michel Foucault; Genealogy; Discipline; Power.

Sumário

1. Introdução.....	6
2. A genealogia enquanto método das Relações Internacionais.....	11
2.1 Sobre o método genealógico.....	11
2.2 Existe um método das Relações Internacionais?.....	15
2.3 A genealogia enquanto método nas Relações Internacionais: uma possibilidade..	19
3. A disciplina como síntese da Ordem Internacional.....	23
3.1 A disciplina no pensamento de Michel Foucault.....	24
3.2 A institucionalização das Relações Internacionais.....	26
3.3 A disciplina nas Relações Internacionais.....	30
4. Desmaterializando o poder: para além das noções de <i>Hard, Soft e Smart Power</i>.....	34
4.1 O poder nas Relações Internacionais: Soft, Hard, Smart e além.....	34
4.2 A noção de poder difuso em Michel Foucault.....	39
4.3 Desmaterializando o poder nas Relações Internacionais.....	43
5. Conclusão.....	48
Referências Bibliográficas.....	50

1. Introdução

As Relações Internacionais, campo de estudos que em 2019 completou seu centenário, foram concebidas no período após a Primeira Grande Guerra, quando a preocupação da política internacional era a reconstrução de uma ordem na qual o conflito fosse evitado e o desenvolvimento econômico facilitado. Apenas vinte anos após esse empreendimento, o mundo viu a eclosão de uma nova grande guerra, desmanchando o ideal liberal que teve em Woodrow Wilson seu grande propagador e na Liga das Nações a sua instituição modelo.

O que se olhou em retrospectiva a partir de 1939 foram os vinte anos de crise de Edward Carr (2001), o preâmbulo do conflito que é até hoje estudado e debatido devido às tecnologias sociais de genocídio que foram criadas a partir da Segunda Guerra Mundial. Se o Liberalismo de Wilson foi então rechaçado, a análise de Carr construiu escola, formando a corrente de pensamento hegemônica no que tange a reflexão sobre as Relações Internacionais, o Realismo. Após o conflito de seis anos (1939-1945), o Realismo foi balanceado com o Liberalismo no que se denomina como o *primeiro debate teórico*¹ das Relações Internacionais, no qual se dividiam entre uma análise da guerra e do conflito por parte do primeiro, com a pretensão de se construir instituições sólidas que levassem a cooperação e evitassem a luta generalizada por parte do segundo.

Durante a Guerra Fria, fenômeno histórico até hoje tido por muitos como o principal berço das teorias das Relações Internacionais e responsável pela grande clivagem ideológica pós-Segunda Guerra, viu-se a expansão das Relações Internacionais enquanto matéria para outros lugares, principalmente para um país que agora tinha na inserção internacional a força motriz da sua *raison d'État*: os Estados Unidos da América. A partir de então, as Relações Internacionais foram alvo de disputas intelectuais e ideológicas, interessando cientistas sociais e políticos, filósofos e economistas, militares e diplomatas, entre outros. Percebeu-se que interpretar a política internacional era uma forma de influenciar o próprio espaço de decisões, ainda que não se admita isso com frequência.

Marcada pela dominância epistemológica do positivismo, as Relações Internacionais têm em seus principais arcabouços teóricos uma série de pressupostos que se pretendem universais e científicos. O essencialismo marcou este campo de estudos a ponto de se

¹ A ideia de que a história intelectual das Relações Internacionais, formalmente iniciada em 1919, se divide entre grandes debates é largamente compartilhada pela academia. Ainda que críticas sejam possíveis – muitas delas com bons argumentos - a esta forma de organizar a evolução teórica neste campo de estudos, adotar-se-á ao longo deste trabalho de conclusão um léxico que segue os *grandes debates teóricos*. Isso pois há uma exposição didática nesta forma de se compreender a Teoria das Relações Internacionais, condizente com a finalidade desta monografia.

considerar determinados constructos como o Estado, o Sistema Internacional e a Guerra enquanto elementos que prescindem de explicação sobre o seu ser-em-si. Ainda que ao longo do século XX existissem vozes dissonantes que denunciassem a hegemonia explicativa das Relações Internacionais, é somente na possibilidade da ruptura epistemológica com o positivismo que emergiu uma real crítica ao campo de estudo como um todo, fenômeno ocorrido a partir do *terceiro debate* das Relações Internacionais (LAPID, 1989).

Os cânones dos estudos sobre a política internacional se mantêm; porém agora é possível contestá-los a fim de construir novas possibilidades analíticas e compreensivas nas Relações Internacionais. A intenção deste trabalho de conclusão é justamente o de realizar uma abordagem ainda cercada de preconceito nas Relações Internacionais, compreendendo as relações entre os atores sociais a partir do trabalho de Michel Foucault. Não foi a intenção de Foucault se estabelecer enquanto um pensador das Relações Internacionais; pelo contrário. Conhecido pelo seu método arqueológico e genealógico, o filósofo dedicou boa parte de sua obra para o estudo de microfenômenos como as instituições prisionais, médicas, educacionais, entre outras. Contudo, isso não quer dizer que seu trabalho seja distante das Relações Internacionais.

Ao escrever sobre poder, assunto central desde o *primeiro debate teórico* das Relações Internacionais e que até hoje figura como um conceito-chave na matéria, Foucault fornece uma série de elementos para se repensar as Relações Internacionais e a forma com a qual o poder é percebido nesta esfera. Além disso, o método genealógico utilizado em sua “segunda fase” revela-se de grande relevância analítica ao se ter em vista que a política internacional nasce de uma conjugação entre o direito e a história. O poder se encontra nas origens da sociedade internacional e a genealogia é um método capaz de destrinchar estas raízes; a disciplina surge enquanto elemento desvelado pela genealogia; genealogia, disciplina e poder formam a tríade proposta aqui para uma análise foucaultiana das Relações Internacionais. Ao ser envolta por poder e história, a disciplina vai se constituindo enquanto a ferramenta que sintetiza a teoria de Foucault no que tange a ação dos agentes e das instituições. Dessa forma, neste trabalho serão manejados estes três conceitos foucaultianos em vias de criar uma intersecção com as Relações Internacionais e propor um alargamento semântico neste campo de estudos.

Entretanto, deve-se ter em vista alguns ajustes epistemológicos para que seja possível a fluidez do trabalho de Foucault dentro do campo das Relações Internacionais. Assim, se faz necessário recorrer à escola construtivista enquanto forma de receber o filósofo e possibilitar o manejo conceitual de sua obra. Pretende-se com este empreendimento ajudar no enriquecimento teórico-metodológico das Relações Internacionais a partir daquilo que

Foucault (2014) realiza na filosofia. Na realidade, há uma série de possibilidades ao se colocar Michel Foucault em diálogo com as Relações Internacionais – questão esta que é o centro desta monografia. Compreende-se que leituras tradicionais compõem uma discursividade que se cauteriza na sociedade internacional de modo a reificar determinadas questões, entre elas a problemática da anarquia. Autores como Adam Watson (2004) e demais pensadores da Escola Inglesa, na construção da ideia de Sociedade Internacional, já propunham uma problematização da anarquia enquanto fenômeno perene da política internacional, pois se demonstra através da figura do pêndulo as diferentes dinâmicas que as relações internacionais adquirem ao longo da história. Isso é importante pois trata-se de um momento que abre espaço para demais críticas nas Relações Internacionais.

De todo modo, é um ir-além que se busca aqui; é na contestação da discursividade construída na história tradicional – por mais bem feito que ela possa ser – e dos respectivos efeitos de verdade que se produz nas Teorias das Relações Internacionais, que o edifício deste trabalho se ergue. Assim, após esta introdução, o segundo capítulo deste trabalho abordará a genealogia enquanto um método útil às Relações Internacionais. Se a história é a grande fonte das Relações Internacionais, a genealogia é a forma com a qual esta história é problematizada e desconstruída, questão que possibilita a desessencialização do imaginário internacional. A grande intenção da genealogia, que Foucault absorve de Friedrich Nietzsche, é justamente a de destruir “ídolos”, analisar os fenômenos históricos “com um martelo” como evidenciado na linguagem nietzschiana (NIETZSCHE, 2017).

O terceiro capítulo discutirá a questão da disciplina, esta que emerge como uma maneira de se interpretar a forma com a qual as Relações Internacionais se institucionalizam e reproduzem codificações sociais. Se existe uma Sociedade Internacional na qual valores, costumes e instituições são compartilhados e desenvolvidos pela interação entre os atores internacionais, há também uma disciplina que permeia tais fenômenos sociais. O contato entre os agentes não deve ser interpretado a partir de uma lente simplista, como uma simples dicotomia entre conflito/cooperação, modo usualmente feito nas Relações Internacionais. Deve-se compreender as sutilezas de dominação presentes em todas as formas de interação; o conflito presente na cooperação e a cooperação presente no conflito.

O poder, conceito-chave do quarto capítulo deste trabalho, é responsável por contestar parte considerável do que se tem enquanto teoria de Relações Internacionais. Mesmo no que tange à influência pós-positivista das Relações Internacionais, há um tratamento concedido ao poder deste enquanto um elemento quantitativo, observável e tangível. A intenção aqui é desmanchar esta noção, trazendo a abordagem foucaultiana de um poder que é amplo e difuso,

que circula entre todos os tipos de interações possíveis e que se afasta do escopo de uma mera disputa entre fracos e fortes; detentores de poder e coagidos pelo poder.

Desse modo, percebe-se que o tema deste trabalho de conclusão é uma análise teórica das Relações Internacionais através do pensamento de Michel Foucault. O objeto da pesquisa é as Relações Internacionais enquanto campo de estudo, o que se configura em uma revisão teórica desta matéria. Para isso a técnica de pesquisa mais adequada se configura na revisão bibliográfica, que dentro do campo da pesquisa qualitativa, irá confrontar autores e analisar a forma com a qual a produção teórica nas Relações Internacionais é feita; através de levantamento bibliográfico já realizado, lança-se a hipótese de que tal campo de estudo ainda se mantém muito restrito ao eixo anglo-saxão (GONÇALVES; MONTEIRO, 2015) e em uma perspectiva epistemológica positivista (LAPID, 1989).

Tal contexto levanta dificuldades às mudanças nas Relações Internacionais enquanto matéria de estudo, o que se pretende contornar com a aproximação de Michel Foucault neste universo intelectual. A relevância de tal empreendimento se dá na observação de que o ambiente teórico das Relações Internacionais é marcado ainda por uma forte influência positivista, na qual a ciência eurocêntrica é tida enquanto fonte do pensamento sobre o internacional.

Através do pensamento de Michel Foucault pretende-se estabelecer uma crítica ao que se tem de estabelecido nas Relações Internacionais, passando a uma crítica da própria normatividade na interação entre atores internacionais. Há o intuito de visualizar as relações de poder implícitas na ordem internacional e na forma com a qual os atores da política internacional interagem. Vislumbra-se assim a possibilidade de fortalecer estudos que enxergam as relações de dominação presentes no universo teórico, as quais acabam, por fim, determinando a realidade das Relações Internacionais.

O problema de matriz crítica aqui presente é justamente o de perceber como o monopólio teórico dos países tidos enquanto “potência” tende a reafirmar este próprio *status* destes, afetando toda a rede de interações entre os atores internacionais. Analisa-se como a formulação teórica das Relações Internacionais age em vias de manter a forma com a qual o poder circula, disciplinando Estados que não possuem voz na formulação do que se compreende enquanto Relações Internacionais e que não influenciam na criação das instituições internacionais.

Tal questão é possível de ser analisada quando se utiliza o conceito de Sociedade Internacional, que concede ao campo das Relações Internacionais a possibilidade de ser interpretado enquanto um ambiente no qual os Estados, enquanto atores sociais, criam normas,

valores, instituições e costumes através da interação mútua (WATSON, 2004; WIGHT, 2002; BULL, 2002). Por isso, ao longo deste trabalho o conceito de Sociedade Internacional será privilegiado em detrimento da noção de Sistema Internacional, este que consiste na maneira usual de se referir aos elementos constituintes de uma análise das Relações Internacionais.

2. A genealogia enquanto método das Relações Internacionais

A pretensão deste capítulo está evidenciada no próprio título. Trazer a genealogia enquanto método às Relações Internacionais é um esforço empreendido a fim de desconstruir a narrativa hegemônica desta matéria, desmontar o discurso que formata a noção de uma história linear e neutra. Tem-se como plano de fundo o esforço nietzscheano de “filosofar com um martelo”, tarefa de destruição dos ídolos. Como diria Foucault (2018, p. 266): “Só os conteúdos históricos podem permitir encontrar a clivagem dos confrontos”. Assim, inicialmente se faz mister compreender o que é o método genealógico, como este surgiu e qual sua aplicação convencional. Após, refletir-se-á sobre sua viabilidade nas Relações Internacionais, questionando se há um método comum nas Relações Internacionais e como pode-se realizar tal proposta metodológica. Assim, chega-se no argumento do porquê a genealogia ser um método adequado a este campo de estudo. Enfim, propõe-se que a genealogia pode entrar na *caixa de ferramentas* - expressão frequentemente utilizada por Michel Foucault para se referir à própria obra - que corresponde aos métodos das Relações Internacionais,

2.1 Sobre o método genealógico

Tendo em vista que este trabalho se baseia em uma análise foucaultiana, a noção de genealogia será retirada da perspectiva de Michel Foucault; diz-se isso pois há outras hermenêuticas possíveis a respeito da genealogia, questão esta que será brevemente abordada ao longo do texto.

No percurso de sua obra, percebe-se as manobras intelectuais do filósofo francês a partir de dois métodos: o arqueológico e o genealógico. Há um debate que - apesar de não ser o foco deste trabalho - é importante relembrar, o qual questiona sobre como funciona a articulação entre estes dois métodos em Foucault. É possível separar as correntes de compreensão sobre tal debate em duas linhas: i) inicialmente Foucault se utilizava do método arqueológico, trocando este pela genealogia a partir de meados da década de 70, com as obras *Vigiar e Punir* e da *História da Sexualidade I*; ii) ao longo de toda sua obra o autor articulou e utilizou os dois métodos conjuntamente.

A arqueologia não interessa a este trabalho, pois nela está a preocupação com as gêneses *stricto sensu*, com as relações entre o ser e o saber e a respectiva fundamentação do conhecimento nas ciências humanas (FOUCAULT, 2013). Assim, de certo modo se defende aqui que a genealogia e a arqueologia podem ser separadas, no que se concorda com a primeira

linha supracitada. Logo, a atenção será totalmente voltada à genealogia; e se a intenção é explicar no que consiste o método genealógico para Foucault, é essencial trazer um outro filósofo para esta discussão: Friedrich Nietzsche.

É a partir do intelectual alemão, que viveu na segunda metade do século XIX, que se pode alcançar o que o francês do século XX entende sobre genealogia. Na realidade, a influência de Nietzsche em Foucault é percebida em diversas esferas, para muito além da genealogia. Pode-se afirmar, inclusive, que a origem do pensamento pós-moderno, corrente a qual Foucault pode ser considerado um expoente – ainda que haja muito debate sobre isto e o próprio filósofo nunca tenha se identificado enquanto pós-moderno -, se encontra em Nietzsche, através de obras como o *Crepúsculo dos ídolos* (2017), na qual Nietzsche faz uma forte crítica ao saber ocidental moderno. De todo modo, neste trabalho encara-se Foucault enquanto um pensador crítico, mas não pós-moderno.

Sendo um crítico da moral - ou melhor, da filosofia da moral - Nietzsche (2016) se utiliza da genealogia a fim de demonstrar como as valorações morais são construídas ao longo de uma série de fenômenos. Este método e esse objetivo de pesquisa são mais evidentes nas obras *Para além do bem e do mal*² e na continuação deste primeiro, a *Genealogia da moral: uma polêmica*. Apesar disso, em toda sua obra é possível visualizar premissas que dialogam com as presentes nos livros supracitados, no alicerce compartilhado à crítica da modernidade.

Na genealogia é possível interseccionar história, filosofia e teoria sem sobreposição moral entre as matérias (NIETZSCHE, 2016). A genealogia em Foucault é uma nova leitura de Nietzsche, uma absorção das noções da filosofia alemã à contemporaneidade francesa; e Foucault nunca tentou esconder isto. Em *Microfísica do Poder* (2018), Foucault deixa bem claro, no segundo capítulo, que sua noção de genealogia é tomada de Nietzsche. Contudo, não se deve confundir inspiração com reprodução, pois a aplicação do método genealógico realizado por Foucault possui diferenças em relação a Nietzsche, como bem evidenciado por Carlos Ribeiro (2018); se em Nietzsche há uma genealogia da história, em Foucault percebe-se uma genealogia que também se dirige aos corpos. Se a importância dos corpos nas Relações Internacionais para além da figura do indivíduo será melhor explicada posteriormente, agora cabe continuar o empreendimento em compreender o método genealógico; o esforço foucaultiano em tirar do presente o monopólio da verdade (FOUCAULT, 2005; 2018).

² Uma curiosidade: este é o livro que Nietzsche considera como o mais importante de toda sua obra. Nele, é possível ver elementos que influenciarão o pós-estruturalismo e o pós-modernismo a partir do imperativo de desconstrução narrativa de fenômenos históricos.

A genealogia é, antes de tudo, um método anti-essencialista. Isso quer dizer que uma das principais funções do método genealógico é justamente o de quebrar com noções essencialistas, mostrar que os significados compõem signos que são construídos a partir de uma luta na qual o lado vencedor logrou o status de verdade (FOUCAULT, 2018). Desse modo, se a genealogia é anti-essencialista, ela é também contra os métodos teleológicos e originários. Sendo a busca pela origem e a teleologia elementos relacionados, pode-se afirmar, na mesma linha em que Nietzsche (2016) critica os historiadores da moral, que buscar uma origem dos signos é uma teologia científica, uma forma de ceder ao mito criador.

A origem, desta forma, pressupõe uma essência nos signos, uma característica que seja constituinte do próprio elemento representado. Se origem e essência estão interligadas, a teleologia também está, pois há um finalismo na noção de origem, um funcionalismo da essência que circula para chegar em algum lugar. Assim sendo, a genealogia não busca registrar uma evolução dos fenômenos, mas ao contrário, notar os acidentes e descontinuidades dos processos históricos, as rupturas que articulam corpo e história (FOUCAULT, 2018). A crítica, assim, vigora como o prisma no qual se realiza a genealogia. É a partir do olhar crítico que se possibilita desvelar as cortinas da história e revelar “o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 2018, p.65). Dessa forma se faz possível traçar e restabelecer os sistemas de submissão que compõem os fenômenos históricos e desenham a história tal como se conhece. Se a teleologia é colocada em xeque, igualmente o racionalismo o é, pois percebe-se que não há um encadeamento natural dos acontecimentos; mas sim, que o conflito estabelece posições na constituição dos significados históricos.

Tendo em vista tais questões, pode-se apontar que as sistematizações formais criam saberes dominados, mascarados (FOUCAULT, 2018), sendo o exercício crítico a perspectiva que possibilita o reaparecimento dos conflitos entre os saberes dominantes e os saberes dominados. Ao longo da obra de Michel Foucault percebe-se diversos empreendimentos em analisar o saber enquanto forma de opressão, no que se remete à díade saber-poder. A ser melhor analisada no último capítulo desta monografia, a concepção sobre poder na visão deste filósofo não pode ser compreendida sem a genealogia.

Como colocado pelo francês: “são os efeitos de poder próprios a um discurso considerado como científico que a genealogia deve combater” (FOUCAULT, 2018, p. 268). A genealogia, assim, configura-se numa insurreição contra os efeitos de poder dominantes, um levante que questiona aquilo que é estabelecido e tido enquanto certo, verdadeiro. A luta travada entre o que se tem ou não enquanto legítimo é uma das principais funções desta monografia, tendo em vista a intenção em se conceber uma crítica ao que se tem enquanto

legítimo na teoria das Relações Internacionais e quais os elementos de dominação intrínsecas a formulação deste próprio campo de estudos.

Ainda, é através da história da sexualidade que Foucault (2017) consegue melhor articular a genealogia em uma análise dos processos de normalização e legitimação das práticas sociais. Se é possível relacionar o discurso à prática enquanto elementos que fundamentam a legitimidade dos enunciados (FOUCAULT, 1971), concebe-se um panorama no qual o normativo pode ser destrinchado pelo método genealógico a fim de se recuperar a voz dissonante de uma luta narrativa perdida. Assim, percebe-se que a genealogia se articula intimamente com a história, sendo uma perspectiva crítica de se analisar os processos históricos a fim de constituir, mais do que uma narrativa, uma historiografia dos conflitos que constituem a própria compreensão histórica. É no âmago da disputa pela legitimidade dos enunciados que se encontra a função central da genealogia, a de desmontar a linearidade dos relatos, desvelar o que se esconde por trás de um simulacro da normatividade vigente. Pode-se defender, neste sentido, que há uma crítica à metafísica da história, oriunda de uma filosofia da história idealista que tem em Hegel (1999) uma de suas maiores figuras³. Por metafísica da história se compreende uma essencialização histórica que tem uma origem pura e um fim determinado – no caso hegeliano, o Espírito absoluto. Com a genealogia foucaultiana se percebe que não há tal estrutura, pois o início é uma construção e o fim é sempre uma possibilidade aberta pelas disputas entre os grupos.

Para se fazer justiça, a compreensão histórica realizada por Hegel (1999) muitas vezes é lida de forma simplista, em boa parte derivada da leitura proveniente de Fukuyama (1992) sobre o fim da história. Na realidade, há um avanço de Hegel (1999) em relação à ideia de uma história universal regida pelo fio condutor da razão, como aponta Immanuel Kant (1986). Isso pois Hegel (1999), apesar de dentro do mesmo arcabouço epistemológico, argumenta que são as contradições que movem história, e não um fio condutor regido pela razão universal. De forma ensaística, pode-se inclusive aproximar a contradição/conflito que estimulam a dialética hegeliana com as disputas supracitadas na apreensão genealógico segundo Foucault. Se é a contradição e o conflito que movem a história, o fim é apenas o fim de um determinado ciclo, mas não algo definitivo; esta é a ideia presente no texto hegeliano segundo o autor desta monografia. Ou seja, apesar da crítica à herança iluminista oriunda do idealismo alemão, Michel Foucault toma essa noção da contradição enquanto um vetor de movimento. A

³ Ainda que aqui haja um debate no qual é possível uma outra interpretação da filosofia da história hegeliana, na qual a teleologia seria, na verdade, uma anti-teleologia, para fins didáticos e de comparação é assinalado no corpo da monografia a leitura tradicional da história em Hegel.

genealogia, quando comparada à arqueologia – os dois principais métodos em Foucault, como já mencionado – incorpora melhor essa noção de movimento.

Esse breve passeio pela filosofia alemã serviu para mostrar a ampla capacidade de Foucault em absorver diferentes influências para a constituição de seu método genealógico, um método que evidencia as contradições e as descontinuidades do discurso histórico. Ao compreender melhor o que se compreende aqui enquanto o método genealógico – algo que será retomado constantemente ao longo deste trabalho – encaminha-se à possibilidade de incorporar a genealogia às Relações Internacionais; antes disso, contudo, cabe o questionamento sobre o que há de método em tal campo de estudos.

2.2 Existe um método das Relações Internacionais?

As Relações Internacionais são um produto das Ciências Sociais. Segundo Martin Wight (1995), o estudo da política internacional encontra-se ainda submisso à Ciência Política⁴, o que retira a acurácia de um pensamento que lide com as especificidades de uma teoria política para além do âmbito doméstico. Do mesmo modo, historiadores, filósofos, teólogos e estadistas lidam há séculos com a dimensão internacional, criando um léxico próprio para lidar com questões que hoje se conjugam sob a nomenclatura de Relações Internacionais (WIGHT, 1995). Destarte, percebe-se a potencialidade de problemas metodológicos advindos de um objeto de estudos pensado interdisciplinarmente. Se na Ciência Política, por exemplo, há uma preocupação profunda com o método, recolhendo elementos da própria Filosofia da Ciência, nas Relações Internacionais a metodologia é esvaziada em prol de uma suposta analítica dos fenômenos conjunturais. Em outras palavras, o método é muitas vezes esquecido nesta ou, simplesmente - e de forma mais frequente - confundido meramente com teoria ou conceito.

A posição de Wight (1995) suscitou reação por parte de intelectuais como Hans Morgenthau (1995, p.46) que defendia a autonomia das Relações Internacionais e alegava que: “a teoria das relações internacionais performa funções iguais a qualquer teoria, isto é, trazer ordem e sentido a uma série de materiais desconexos, além de aumentar o conhecimento através de um desenvolvimento lógico de certas pressuposições empiricamente estabelecidas”⁵.

⁴ Interessante notar – de modo a fortalecer o argumento em questão - que no caso brasileiro as Relações Internacionais são consideradas enquanto uma subárea da Ciência Política, como demonstra a divisão das áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

⁵ “[...] a theory of international relations performs the functions any theory perform, that is, to bring order and meaning into a mass of unconnected material and to increase knowledge through the logical development of certain propositions empirically established”. Traduzido pelo autor.

Percebe-se como tal afirmação sobre as Teorias das Relações Internacionais vem acompanhada de pressupostos metodológicos – lógica e empiria – de modo naturalizado, como se esta fosse a própria forma de se pensar a política internacional.

As várias críticas possíveis de se dirigir a Morgenthau (1995) se resumem aqui neste tipo de reificação teórica e metodológica de certas vertentes do saber sobre o internacional, nas quais se negligencia uma riqueza científica disposta na diversidade epistêmica. Se responde à pergunta-título deste subcapítulo ao defender que não há um método das Relações Internacionais, mas sim, uma pluralidade de métodos que podem ser tomados enquanto ferramentas para se pesquisar este campo de estudos. Análise de discurso, estudo de caso e prospecção de cenário são alguns entre dezenas de métodos possíveis dentro do campo das Relações Internacionais.

A clivagem central no que tange o método das Relações Internacionais se dá entre o quantitativo e o qualitativo, ocorrendo uma espécie de ciclos no qual um ou outro fica em maior evidência nas pesquisas da área de tempos em tempos (BENNETT; COLIN, 2007). Se no primeiro tem-se uma forte influência anglo-saxã, centralmente a partir da sociologia, da política comparada e da ciência política estadunidense, no segundo percebe-se um diálogo maior com a história e a filosofia de origem europeia. Ao longo das teorias de Relações Internacionais se percebem tais influências ao vislumbrar matrizes teóricas que abordam tanto ambas as possibilidades metodológicas, como é o caso do Realismo, quanto algumas que são essencialmente constituídas por uma das duas, como é a opção da Escola Inglesa pelo método qualitativo.

A busca por um pretense rigor científico leva à discussão entre os diversos métodos possíveis em se adotar ao estudo das Relações Internacionais, no que se disputa qual a “forma correta” em se apreender o saber sobre o internacional. Há uma tendência em se atribuir aos métodos quantitativos um maior valor científico (HENRIQUES et al, 2015), questão oriunda da dominância estadunidense na produção do saber internacional e do seu respectivo uso quantitativo dos métodos para tal produção de saber. Cria-se uma circularidade na produção acadêmica sobre Relações Internacionais em um ambiente no qual método e produto de pesquisa se retroalimentam e criam aquilo que se tem enquanto legítimo na formação do conhecimento sobre a política internacional e suas variantes.

Esta questão sobre um método “rigoroso” das Relações Internacionais foi justamente o que estimulou aquilo que é amplamente considerado enquanto o *segundo debate teórico* deste campo de estudos, aquele travado entre *behavioristas* e *tradicionalistas*. No behaviorismo, estimulados por uma ciência social positivista de viés analítico, as Relações Internacionais

passaram a ser analisadas a partir de um prisma que buscava estabelecer modelos de comportamento apreensíveis por métodos quantitativos (BENNETT; COLIN, 2007). Isso contrasta com o que se tinha até então neste campo de estudos, principalmente a partir do modo como a díade teórica realismo-idealismo formulavam o ainda incipiente pensamento sobre a política internacional. A Escola Inglesa foi a encarregada por, neste tal *segundo debate*, defender o modo como a reflexão internacional era majoritariamente feita até então; a filosofia, sociologia e, principalmente, a história, foram por estes defendidas enquanto fontes primárias da política internacional.

É emblemático o texto *Why is there no International Theory?* de Martin Wight (1995), no qual o autor, pertencente à Escola Inglesa, realiza uma crítica generalizada ao campo de estudos das Relações Internacionais. Ao mesmo tempo que se distancia dos emergentes métodos quantitativos, ele aponta à pobreza da teorização internacional como até então feita, realidade que dirigia ao próprio fato supracitado das Relações Internacionais serem ainda consideradas subáreas de outros saberes – centralmente da ciência política, do direito e da história. Sua intenção, no fim, é uma ampliação do escopo das Relações Internacionais – algo também buscado pelos *behavioristas*; contudo, Wight (1995) defende seu ponto ao argumentar que é tirando a primazia do Estado enquanto objeto de análise que as Relações Internacionais conseguiriam se emancipar epistemologicamente. A partir da Escola Inglesa – como fica evidenciado no caso de Martin Wight – é possível desenhar algo como uma crítica epistêmica e prática às Relações Internacionais, ainda que não seja possível ainda falar aqui sobre uma teoria crítica.

Nesse cenário, é possível remeter à crítica trazida por Robert Cox (1986) que, inspirado em Antonio Gramsci, traz o conceito de *hegemonia* enquanto tentativa metodológica de se compreender a dinâmica das Relações Internacionais. Tratando-se de uma vertente qualitativa com forte embasamento histórico e filosófico, Cox (1986) argumenta que a hegemonia global é uma junção de disputas nas esferas sociais, econômicas e políticas. É a partir de Robert Cox, inclusive, que se pensa em uma Teoria Crítica das Relações Internacionais, algo que, no seio deste campo de estudos, refere-se a novas possibilidades metodológicas para a reflexão internacional. Isso pois defende-se aqui que é necessário desconstruir a compreensão do método enquanto ferramenta neutra de organização de dados em uma determinada pesquisa, ainda que não se recorra a um anarquismo metodológico para isto.

É interessante fazer um paralelo com o desenvolvimento da história da filosofia e do modo como, reivindicando um rigor para ser considerada ciência, a filosofia – a partir da modernidade – se utilizou de dois elementos para alcançar este fim: (i) o método e (ii) o ímpeto

crítico (HUSSERL, 1965). Assim, método e crítica foram as variáveis buscadas pela filosofia a fim de alcançar rigor científico; de modo análogo, isso ocorre nas Relações Internacionais.

No caso brasileiro, a lacuna de matrizes teóricas que lidem com a posição brasileira na sociedade internacional traz uma realidade na qual estas são deixadas de lado em prol de um arcabouço conceitual. Como defendido por Amado Cervo (2003), teorias de longo alcance, como o caso das teorias tradicionais de Relações Internacionais, não necessariamente compreendem as necessidades brasileiras na matéria. Sendo assim, o autor defende ser mais útil a utilização de uma série de conceitos que tragam a realidade internacional mais próxima do analista brasileiro. Assim, Amado Cervo ao longo de sua obra parte para o uso de conceitos enquanto mecanismos de se articular um saber sobre as Relações Internacionais no Brasil. Largamente utilizada nos estudos de política externa, a noção de “paradigmas”, cara às Ciências Sociais a partir do empreendimento de Thomas Kuhn (2017), é concebida por Cervo (2003, p. 7) a fim de se realizar análises, sendo inclusive colocada por ele enquanto método.

Mais do que uma inadequação epistemológica (CERVO, 2003, p. 5), a utilização de teorias alheias não corresponde aos problemas relacionados à interpretação da realidade brasileira, questão esta que dirige a uma demanda ontológica de reflexão. O trabalho de Fabiano Mielniczuk (2015) lida bem com a diferença entre epistemologia e ontologia nas Relações Internacionais, mais evidente a partir do terceiro debate teórico, ao lidar com o caso da integração europeia. Assim, epistemologicamente não há grandes desavenças entre o analista brasileiro e o europeu ou estadunidense; parte-se do mesmo universo intelectual ocidental. A diferença entre eles reside nas noções de realidade partilhadas por cada um, e aí se parte a uma assimetria ontológica.

Problemas metodológicos decorrem não da escolha de um determinado método em detrimento a outro, mas sim, na má articulação entre ontologia, epistemologia, teoria e conceitos. Não há um método melhor ou pior, mas sim, aqueles que são mais adequados a determinado objeto que se deseja estudar. Contudo, ainda além, cabe à metodologia esse papel de “cola” intelectual na qual os fundamentos da investigação científica são juntados de modo coerente com as intenções do pesquisador. Assim, observa-se como infrutífera a discussão sobre método qualitativo ou quantitativo enquanto mais rigorosos, na própria crítica possível ao que representa tal rigor. Tendo em vista a pluralidade metodológica e metódica possível – e desejável – nas Relações Internacionais, dirige-se à intenção deste capítulo, que é a proposta da genealogia enquanto método das Relações Internacionais.

2.3 A genealogia enquanto método nas Relações Internacionais: uma possibilidade

Qual o interesse de uma genealogia que tem nos corpos sua ênfase – como é o caso foucaultiano - para um estudo das Relações Internacionais? Em primeiro lugar, é possível silogizar que há uma amplitude da práxis genealógica, pois, como evidenciado anteriormente, é possível através do método genealógico ter fenômenos diferentes enquanto objetos. Contudo, ainda se faz de essencial importância a noção de corpos - assim como a de história, evidentemente - para o estudo da política internacional; não necessariamente ao que se refere ao papel do indivíduo nesta macro esfera, algo como a primeira imagem de Waltz (2001); mas sim, quando o corpo se conjuga analogamente à figura do Estado-nação.

A genealogia, ao contrário de uma historiografia, possibilita destrinchar elementos constitutivos do imaginário quanto às relações internacionais, que afetarão diretamente a teorização desta disciplina; como apontado por Foucault (2018, p. 43): “É isso que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objetos etc., sem ter que se referir a um sujeito”. O pensador defende que a sociedade é a origem genealógica da História e do Estado, apreensível a partir da seguinte passagem (FOUCAULT, 2005, p.161): “A nação não tem fronteiras, não tem sistema de poder definido, não tem Estado. A nação circula por trás das fronteiras e das instituições”. No campo teórico das Relações Internacionais, toma-se aqui a ideia de Aradau e Huysmans (2014, p.603), segundo a qual:

Métodos não são apenas técnicas de representação que simplesmente extraem informações de mundos externamente dados enquanto deixam estes mesmos mundos intocados. O dispositivo de extração habilita mundos no sentido que é uma força ativa que é parte de um processo de contínua produção e reprodução de relações, um processo eterno de trazer mundos à existência.⁶

Para a concepção de corpo enquanto Estado se faz necessário o resgate do construtivismo de Alexander Wendt, que através da obra *Social Theory of International Politics* (1999) nos traz uma série de ferramentas para estabelecer tais analogias entre o Estado e o indivíduo. O internacionalista James der Derian (2007, p.79) argumenta que há quatro concepções-chave em Michel Foucault que fornecem bons instrumentos às Relações Internacionais, são elas: i) o discurso, ii) as heterotopias, iii) a genealogia, e iv) a identidade. Concorda-se aqui com essa interpretação e, de certa forma, os impulsos destes quatro conceitos

⁶ “Methods are not techniques of representation that simply extract information from externally given worlds while leaving the worlds they represent untouched. The device of extraction enacts worlds in the sense that it is an active force that is part of a process of continuous production and reproduction of relations, an endless process of bringing worlds into being”. Traduzido pelo autor,

perpassam esta monografia – ainda que de forma indireta. Visando dar maior materialidade a um desses, no que se adequa à proposta trabalhada nesta monografia, este subcapítulo se ocupa melhor da questão da genealogia e suas respectivas possibilidades nas Relações Internacionais.

O trabalho do filósofo Martin Saar (2002), embasado em Foucault, estabelece três possibilidades da genealogia enquanto instrumento metodológico: i) modo de escrita histórica, ii) forma de crítica e iii) estilo de escrita. O internacionalista Stefan Borg (2017) problematiza a questão da genealogia nas Relações Internacionais; primeiro salienta a emergência dela no estudo da política global para depois questionar as disposições de violência apreendidas nela. De certa forma, o que está em jogo aqui é a descrição genealógica que Foucault (2005) toma da guerra, em uma ampliação que leva esta como o fundamento das relações sociais na sociedade pós-contratualista.

Nisso se estabelece aquilo que Borg (2017, p.2) coloca como a “disposição genealógica” no esforço crítico das Relações Internacionais, percebido centralmente em correntes como a pós-estruturalista. Ou seja, dirige-se no autor supracitado a análise da genealogia enquanto forma de crítica; nesta monografia toma-se esta posição aliada à primeira apontada por Martin Saar (2008), a da genealogia enquanto modo de escrita histórica. Nesse subcapítulo se dividirá então o argumento desses dois modos de genealogia aqui apreendidos.

A disposição genealógica tem em seu âmago o impulso crítico, logo, defende-se que os demais usos da genealogia se submetem ao segundo pois tanto uma outra forma de escrita histórica quanto uma nova estética discursiva perpassam pela motivação da crítica. Essa vontade é o que move esta monografia, pois busca-se atacar conceitos centrais das Relações Internacionais que, reificados como atemporais, são percebidos como despidos de qualquer interesse instrumental. Ao se ter em vista a potência metodológica que a genealogia pode exercer nas Relações Internacionais, o resgate das nuances semânticas do termo, presente já na obra de Friedrich Nietzsche, se faz de grande importância. Nas obras de Der Derian (2007), Borg (2017), Saar (2002; 2008) e, como não poderia deixar de ser, em Michel Foucault, há um retorno constante a Nietzsche (2015; 2016) a fim de que se estabeleçam os fundamentos da genealogia conforme o manuseio conceitual que cada um destes autores fará.

Como já mencionado na primeira parte deste capítulo, a genealogia conforme trabalhada por Nietzsche tem seu epicentro nos empreendimentos de Além do bem e do mal (2015) e da Genealogia da moral (2016), obras que podem ser lidas enquanto parte de um mesmo plano. Há nesse projeto um rompimento de Nietzsche em relação à filosofia moral como até então trabalhada – no que se vincula sua crítica mais óbvia a Immanuel Kant. Em Martin Saar (2008) aponta-se que a genealogia foi o modo utilizado por Nietzsche para se

introduzir a história na filosofia, movimento duplo que tem em sua outra parte a crítica histórica da filosofia. De certo modo, na filosofia de Hegel, como apreendida na Fenomenologia do Espírito (2014), já há um esforço filosófico que busca incorporar a história, visando superar um suposto antagonismo entre saber histórico e filosófico – ainda que aqui não se possa falar ainda em genealogia. Contudo, a intenção do filólogo alemão com a genealogia é a realização de uma transvaloração dos valores morais (NIETZSCHE, 2015), fenômeno possibilitado a partir do esforço de uma genealogia da moral (NIETZSCHE, 2016).

A crítica emerge como o impulso por trás do empreendimento nietzschiano, pois pretende-se desabilitar todo um percurso filosófico anterior; a genealogia dos valores opera enquanto um método de destruição do idealismo metafísico pós-kantiano. Contudo, é importante ressaltar que tal caráter negativo não renega uma positividade que irá propor uma nova normatividade. Logo, a transvaloração dos valores não é apenas uma destruição, mas sim, a clivagem de um certo modo de se conceber valores morais. Disso extrai-se uma disposição dialética presente no exercício genealógico – que Foucault posteriormente explorará melhor do que Nietzsche. Pode-se argumentar que a genealogia é a síntese de uma intersecção entre a história e a filosofia, sendo cada um destes saberes mediados pelo outro a fim de se extrair uma síntese crítica de seus processos. Por isso a opção pelo método genealógico enquanto aliado à reflexão das Relações Internacionais. Em Martin Saar (2008, p.297) critica-se uma “historiografia tradicional” que é aplicável à disciplina da *História das Relações Internacionais*; ou seja, há uma descrição factual de acontecimentos e uma posterior análise a partir dos fenômenos tomados. Mas a genealogia propõe-se a ir além; por isso que Michel Foucault (2014), a partir do *Vigiar e Punir*, dedica-se a este método no intuito de compreender o fenômeno da punição ao longo da história e a relação deste com o adestramento dos corpos.

A interpretação teórico-crítica da obra de Michel Foucault aqui proposta vai além ao restaurar também uma positividade (em sentido dialético) que possibilita vislumbrar um horizonte normativo à crítica – ainda que o próprio filósofo francês se preocupasse mais em identificar problemas do que procurar soluções. Em alguma medida é possível fazer um paralelo disso na relação entre Michel Foucault e Friedrich Nietzsche; a capacidade produtiva através da crítica que em Foucault sem tem em detrimento da de Nietzsche – nisso se retoma a proposição anterior de que Foucault avança a genealogia quando em comparação a Nietzsche.

Na primeira aula dos cursos no *Collège de France* que dariam origem ao *Il faut défendre la société* (FOUCAULT, 2005), o filósofo argumenta que a genealogia é ao mesmo tempo erudição histórica e revogação dos discursos totalitários, uma forma de retomar visões marginalizadas através de uma insurreição do saber. Como aludido anteriormente, essa é a

matriz da genealogia que se busca neste trabalho utilizar, pois pretende-se revogar o lugar que alguns discursos possuem no imaginário das Teorias das Relações Internacionais, no saber político internacional. Ao mesmo tempo é ruptura histórica, pois se parte da “genealogia enquanto uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes” (FOUCAULT, 2018, p.43) à compreensão de que a “genealogia não foi compreendida enquanto um método para conduzir investigações historicamente orientadas dos conceitos centrais de Relações Internacionais, mas como uma disposição crítica generalizada à política global” (BORG, 2017, p.2). Rompe-se a história a partir da crítica e, posteriormente, retorna-se à história em sua nova determinação pós-crítica. De certo modo, aqui há compreensão da genealogia enquanto um Conceito [*Begriff*] nos termos da lógica hegeliana (HEGEL, 2018), que se constitui através da sua própria imanência e ganha novas determinações a partir de si mesma, voltando a um ponto original no qual há suprassumido todo um ciclo de mediações anteriores.

Encaminha-se assim a uma concordância com o que diz James Der Derian (2007) em ser a genealogia o melhor método para se desnaturalizar as Relações Internacionais. No que se dirige à contestação do pensamento dominante das Relações Internacionais, a genealogia (DER DERIAN, 2007, p.80):

[...] supõe dar um passo para trás, ampliar a perspectiva e aprofundar a História das Relações Internacionais, não para desvelar uma verdade que estava esquecida ou perdida no fundo dos arquivos desta disciplina, mas para desnudar os mitos persistentes de uma realidade transcrita por uma escola de pensamento que se expressa apenas pelo seu próprio nome.⁷

Tentou-se neste momento lidar com a concepção de genealogia enquanto método útil às Relações Internacionais, principalmente quando se tem em vista a tentativa de desmontar os discursos hegemônicos que circundam este campo de estudos. De Nietzsche a Foucault, com um percurso possível ainda na lógica de Hegel, o método genealógico mostra-se como uma importante ferramenta para o estudo das Relações Internacionais. Através dos próximos capítulos serão abordados outros conceitos; todos compartilham a intenção de dissolver os mitos do imaginário internacional.

⁷ “Cela a supposé de prendre du recul, d’élargir la perspective et de creuser plus profondément l’histoire des relations internationales, non pas pour dévoiler une vérité qui aurait été oubliée ou perdue au fin fond des archives de la discipline, mais pour mettre à nu les mythes persistants d’une réalité transcrite par une école de pensée ne s’exprimant qu’en son nom propre”. Traduzido pelo autor.

3. A disciplina como síntese da Ordem Internacional

Os capítulos desta monografia apresentam um encadeamento lógico a partir dos conceitos que são abordados. Se a genealogia é o método pelo qual se faz possível a reconstituição dos fatos históricos em termos de reavaliá-los, a disciplina é o método que permite o controle das operações de agentes (FOUCAULT, 2014). A disciplina dirige o foco da análise aos microprocessos de coerção, às instituições e às relações que criam tipos de submissão sutis, que transforma indivíduos em sujeitos (FOUCAULT, 2018). A disciplina, apesar de um método, não possui o efeito metodológico proposto pela genealogia. Logo, a genealogia é na realidade a metodologia com a qual o método da disciplina pode ser manuseado. Na revisão genealógica da constituição dos fenômenos é que se torna possível perceber a atuação disciplinar (FOUCAULT, 2018). Mas qual a relevância deste tipo de processo social para o estudo das Relações Internacionais?

Primeiramente deve-se ter em vista o aspecto epistemológico-conceitual proposto nesta monografia. A partir de uma ontologia construtivista se torna viável analisar as Relações Internacionais como produto de relações sociais entre os atores internacionais. A Escola Inglesa, a partir de trabalhos como o de Adam Watson (2004) e Hedley Bull (2002), bem constrói a forma com a qual a Sociedade Internacional, na qual transpassa as relações interestatais, é imbuída de valores, normas, regras e derivados. Logo, a ordem internacional é uma estrutura de conduta que leva a um arranjo da vida social que promova metas e valores a serem compartilhados pelos agentes desta mesma estrutura (BULL, 2002).

A despeito da conexão com a Escola Inglesa, a principal inspiração desta monografia está em outra corrente teórica. No construtivismo - onde de fato reside a base ontológica para a concepção deste trabalho - percebe-se um ir além à Escola Inglesa. A obra seminal “Social Theory of International Politics” de Alexander Wendt (1999) permite ao analista das Relações Internacionais um novo programa ontológico para a compreensão da política internacional. Tal possibilidade neste campo de estudos adentra o debate epistemológico, também conhecido como o *terceiro debate* (LAPID, 1989). Conforme aponta o próprio nome da obra de Wendt (1999), conceber uma teoria social da política internacional é ter em vista que os agentes internacionais são, acima de tudo, atores sociais. Os efeitos deste pressuposto afetam a agenda intelectual das Relações Internacionais. Com este trabalho adentrando tal agenda, trabalhar-se-á melhor neste capítulo com o conceito de disciplina e as suas potenciais contribuições ao estudo da política internacional.

3.1 A disciplina no pensamento de Michel Foucault

O conceito de disciplina, central ao objeto desta monografia e enfatizada neste capítulo, é antes empregado por Friedrich Nietzsche, do qual pode-se, a partir da seguinte passagem, compreender sua semântica inicial: “Em todas as épocas o peso da disciplina foi posto a serviço do extermínio (da sensualidade, do orgulho, do desejo e dominar, de possuir e de vingar-se)” (NIETZSCHE, 2017, p.40). Para Nietzsche (2016; 2017), a disciplina é uma forma de impedir a efetivação da *vontade de potência*, é um mecanismo que homogeniza os indivíduos em prol de uma determinada moralidade.

Ainda que parta deste universo semântico, Michel Foucault coloca a *disciplina* dentro de uma nova perspectiva epistemológica, ao compreender que o método meramente negativo de Nietzsche (2016; 2017) é insuficiente – em algo que remete a discussão anterior sobre as diferenças entre Nietzsche e Foucault sobre a genealogia. Sendo Friedrich Nietzsche um “anti-dialético”, algo que ele faz questão de ressaltar diversas vezes ao longo de suas obras e principalmente no *Crepúsculo dos ídolos* (NIETZSCHE, 2017) em sua crítica inicial à dialética socrática, a *disciplina* vigora enquanto um impeditivo, uma barreira; enfim, um mecanismo que afasta o indivíduo de se tornar aquilo que ele poderia ser.

Já a disciplina em Foucault, a despeito da influência de Nietzsche, recebe uma conotação também *positiva*, no sentido que a dialética coloca a tal termo. Isso é, a *disciplina* não é aqui um mero impedimento, uma barreira; é também um mecanismo que produz, que extrai novas sínteses de sua própria aplicação. Nisso aloca-se a *disciplina* dentro de um espaço e tempo no qual pretende-se tornar as relações entre os sujeitos cada vez mais racionais dentro da lógica econômica (FOUCAULT, 1995; 2014; 2018). Se no capítulo anterior falou-se da modernidade enquanto importante prisma para se considerar a teorização das Relações Internacionais, a racionalidade, enquanto produto dos tempos modernos, possui grande importância na obra de Michel Foucault.

A articulação de Foucault entre racionalidade e política já era um elemento existente, seja como realizada por Nietzsche através do prisma da moral ou pela Escola de Frankfurt sob a perspectiva da cultura. Contudo, Foucault (2012) amplia o escopo de tal relação e considera justamente a conjunção entre instituições-poder-disciplina como o bloco que fundamenta a racionalidade política após o advento da modernidade, elementos que constituirão a formação de uma governamentalidade (FOUCAULT, 2008; 2018), de uma razão/arte de Estado que racionaliza o próprio governar. A filosofia é, para Foucault (1995), a forma de investigar e denunciar os excessos de poder realizados pela racionalidade política.

Em uma leitura genealógica sobre a questão da soberania e a articulação entre Rei e povo sob o contexto das mudanças nas formas de produção, o que é bem abordado principalmente em obras como a *Em defesa da sociedade e Segurança, território e população*, é útil resgatar o seguinte trecho presente em Foucault (2018, p.336):

As táticas que engendram o poder começaram a partir de condições locais e urgências particulares; não por uma estratégia de classe. A burguesia criou mecanismos no capitalismo que faz com que ele se reproduza [...] as técnicas de poder foram inventadas para responder às exigências da produção.

Não é possível compreender o advento da disciplina sem colocá-lo dentro do escopo da modernidade, da produção capitalista. O olhar dos micropoderes em Michel Foucault, que tem ao longo de sua obra preocupações como o dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2017; 2019), da criminalidade (FOUCAULT, 2014), da loucura, entre outros, tem o objetivo de desmontar o edifício pretensamente racional que coage as subjetividades dos indivíduos, que os sujeitam (FOUCAULT, 1995; 2012; 2018). A produção de novas formas de subjetividade é o caminho para quebrar a totalização-individualização que há dentro da esfera do Estado disciplinar (FOUCAULT, 1995); a *História da Sexualidade* bem mostra a articulação entre moral-sujeição-hermenêutica (FOUCAULT, 2017; 2019).

Ao contrário do que pode ser intuído, não se deve confundir disciplina com repressão, pois como exemplifica Foucault (2017, p.54) sobre o dispositivo da sexualidade: “é preciso portanto abandonar a hipótese de que as sociedades industriais modernas inauguram um período de repressão mais intensa do sexo”. Da mesma forma, em uma ampliação hermenêutica, compreende-se que a *hipótese repressiva* é deixada de lado quando observa-se na disciplina uma tecnologia capaz de docilizar os sujeitos (FOUCAULT, 2014; 2018), sendo uma técnica muito mais benéfica por não ter como ônus o impulso de revolta naqueles que se encontram como sujeitos. Apesar disso, deve-se lembrar que disciplina incorpora poder e que, por sua vez, o poder sempre encontra resistência (FOUCAULT, 2018). A *governamentalidade* – que por questões de escopo não será melhor abordada nessa monografia - surge justamente como o desenvolvimento das táticas que tem como seu fundamento a tríade soberania-disciplina-gestão, a qual coloca a produtividade e gestão dos indivíduos como preocupação central.

Percebe-se ao longo desta seção que a correlação entre instituições, poder e disciplina em Michel Foucault tem como alvo o indivíduo, o sujeito. A filosofia política foucaultiana, que pode ser encarada enquanto ciência política dado o rigor empírico do autor, contrasta inicialmente com o nível de análise central das Relações Internacionais, que tem no Estado seu

principal ator. Assim, como é possível uma conciliação que permita uma análise foucaultiana das Relações Internacionais? É viável transpor o argumento da disciplina, normalmente tomada enquanto técnica da sociedade doméstica, à Sociedade Internacional?

3.2 A institucionalização das Relações Internacionais e a fundamentação de uma normatividade mundial

Ao se ter em vista a não-neutralidade histórica e o enviesamento dos fatos para a produção de regimes de verdade (FOUCAULT, 2005; 2018), pode-se compreender a concepção de Immanuel Wallerstein (2000) de que a criação de instituições garante a vigente ordem política e econômica. Logo, argumenta-se aqui que as instituições atuam enquanto variável dependente dos processos históricos, estes que através de suas sínteses produzem dispositivos de manutenção da ordem dominante.

Uma colocação importante para o desenvolvimento desta seção - e para a monografia como um todo, de modo que ficará mais aparente no quarto capítulo - é a noção de que instituições não são opostas ao Estado no plano internacional; pelo contrário. Argumentar uma maior institucionalização da sociedade internacional não deve ser interpretado como uma falência do Estado-nação, uma substituição de um pelo outro. Se tal concepção constitui uma pobreza de análise dos fenômenos internacionais contemporâneos (RUGGIE, 2000), ela ainda ofusca uma melhor compreensão da rede de poder que constitui Estado e instituições (MANN, 2000).

Conforme John Ruggie (2000), os dois programas centrais da modernidade nas Relações Internacionais é (i) a balança de poder enquanto mecânica e (ii) a institucionalização da vida internacional. Desde Martin Wight (1995) existe a correlação entre modernidade e Relações Internacionais enquanto campo de estudos, mas é com Ruggie (2000) que se compreende melhor este projeto, na própria noção de territorialidade que perpassa a dimensão geopolítica na qual as relações internacionais são concebidas e que receberá em Der Derian (1995) a crítica em prol de uma cronopolítica. Interessa aqui, contudo, entender como as Relações Internacionais enquanto campo do saber se configuram dentro de um determinado espaço epistemológico, histórica e filosoficamente constituído, que influencia a legitimidade do pensamento sobre a política internacional.

Concretiza-se uma normatividade com pretensões universais, que imbuída de valorações localizadas espacial e temporalmente almejam articular uma justificação generalizante (JUNG, 2019). Não que a constatação da modernidade seja uma crítica em si,

afinal de contas, Hegel (2014) já colocava a influência sobre o tempo no pensamento, sendo algo diferente disso uma forma de anacronismo. Mas deve-se levar em conta este contexto para se refletir sobre as Relações Internacionais, para “teorizar o internacional” (WIGHT, 1995); algo pouco feito. Com essa constatação é possível retirar toda reivindicação de uma *verdade* estática da política internacional, ou na nomenclatura mais usual, de *realidade*. A crítica deve ser interpretada de forma imanente; não é negado o caráter material das relações internacionais, mas pretende-se considerar de igual modo a forma como a base simbólica agrega dispositivos para a produção de discursos da verdade; deve-se observar a norma.

Teorias são acidentais e provisórias, mas quando operacionalizadas pelo poder, são totalizadas (FOUCAULT, 2018). Tomando as ferramentas do pensar nesses moldes, abandona-se uma mecânica do Sistema Internacional que encaminha noções imutáveis como a da *anarquia sistêmica*; vislumbra-se a formação de uma Sociedade Internacional disciplinar enquanto ordem possível da política internacional. Não se propõe a partir disso uma valoração normativa sobre “bom” ou “mal”. Ao contrário do que colocam alguns intelectuais sobre ser positivo um sistema anárquico (WALTZ, 1979), não é do interesse desta monografia colocar o sistema disciplinar sob este prisma - ainda que se critique a anarquia.

Toma-se, neste momento, apenas enquanto constatação, a disciplina como hermenêutica possível da ordem internacional. Argumenta-se isso pois é interessante ter instituições que balizem o comportamento dos Estados, que ajudem na formulação de um *ethos* internacional onde a violência não é naturalizada, mas sim, combatida. Certamente, deve-se separar o que é efetivo ou não; legítimo ou ilegítimo. Corre-se o risco de sair de um universo semanticamente viciado - o das teorias das Relações Internacionais tradicionais - para entrar em outro também permeado pelas mesmas estruturas hegemônicas; por isso é necessário cautela para uma valoração da hipotética ordem internacional disciplinar. De todo modo, acomodar-se com os graves problemas da teorização sob a anarquia é uma esterilidade intelectual que contradiz o próprio impulso filosófico que deveria sustentar as Relações Internacionais.

Para Richard Ashley (1995) é a partir da voz hegemônica que se cria uma economia do poder na qual a disciplina toma forma em condicionar o comportamento dos Estados; no almejar de sua inserção em uma estética da existência globalmente domesticada. Em Richard Linklater (2000, p.1630): “[...] Estados excludentes participam de uma sociedade de Estados

que se alicerça nas normas do direito internacional e em princípios morais ”⁸; a disciplina surge da correlação entre inclusão e exclusão, excluídos e excludentes, na rede de poder que produz novas sínteses numa praxeologia das Relações Internacionais. Com John Ruggie (2000) tem-se a formação de subjetividades dispersas condicionadas por uma determinada subjetividade, sendo o conceito de soberania a marca da disciplina. Ter em vista como a ordem das relações internacionais se dá na contemporaneidade, fazer um registro da história presente (RENOUVIN, 1964) em vias de se compreender onde se encontra o pêndulo desta Sociedade Internacional (WATSON, 2004), é a tarefa aqui disposta, um primeiro passo que antecede uma análise mais profunda sobre esta Sociedade Internacional disciplinar apontada. Deve-se primeiro compreender qual o objeto estudado para depois, de fato, estudá-lo.

Resgata-se o discurso filosófico da modernidade enquanto “[...] a disposição prática para privilegiar uma voz historicamente constituída do homem racional enquanto o centro soberano e origem inquestionada da verdade e do significado ao longo da história ”⁹ (ASHLEY, 1995, p.99), prática que deve ser combatida através da genealogia em vias de encontrar ídolos construídos ao longo das relações de poder suprassumidas pela história. Em uma conjuntura pautada pela modernidade tardia (DER DERIAN, 1995; MANN, 2000) desenha-se o alvorecer da disciplina enquanto chave-hermenêutica da ordem internacional, pois em tempos de novas práticas há o emergir de teorias inovadoras. Esse é o impulso tomado por esta monografia, ainda que de forma limitada frente às amplas necessidades demandas pela contemporaneidade.

Da natureza hobbesiana, o Realismo parte de um universo conceitual para tipificar a ordem internacional como uma realidade de guerra generalizada; por mais que esta própria leitura de Hobbes possa ser contestável (CHRISTOV, 2017), sua influência na construção do imaginário da política internacional é inegável. Com o poder investigativo da genealogia é possível tensionar tal quadro, desenhar as mutações sistêmicas, compreender o poder imanente nas relações entre os Estados, a cauterização de uma normatividade própria dentro da sociedade internacional (JUNG, 2019), que no seu formato atual se pretende universal a partir de uma perspectiva ocidentalizante e modernista (RUGGIE, 2000), se utilizando de instituições como as Organizações Internacionais e codificações para convencionar normas e valores, disciplinando atores até então alheios.

⁸ “[...] exclusionary states participate in an inclusive society of states which is held together by international legal norms and moral principles”. Traduzido pelo autor.

⁹ “[...] the practical disposition to privilege an historically constituted voice of reasoning man as the sovereign center and unquestioned origin of truth and meaning in history”. Traduzido pelo autor.

A noção de anarquia, central nas Relações Internacionais e considerada por muitos a única formatação do sistema internacional, é produto da influência Realista no estudo da matéria, que possui sua gênese em pensadores como Tucídides, Sun Tzu, Thomas Hobbes e Nicolau Maquiavel - ainda que estes sejam frequentemente resgatados de forma superficial e reificada, muitas vezes tendo alteradas suas próprias produções intelectuais em releituras posteriores. Pode-se neste momento destacar a influência de Hobbes no que tange a formulação da anarquia. Como coloca Alexander Wendt (1999), é possível separar três paradigmas para se compreender as Relações Internacionais: o hobbesiano, o lockeano e o kantiano. O paradigma hobbesiano traz a ideia de um sistema internacional anárquico, no qual os Estados vivem em constante tensionamento, percebendo-se uns aos outros enquanto inimigos.

Justamente o que une o realismo clássico e as suas vertentes - apoiados numa pretensa filosofia hobbesiana - é a premissa de que, se controlada no âmbito doméstico pela força do Estado, a anarquia se coloca enquanto uma realidade internacional pela ausência de uma entidade soberana supranacional. A pobreza teórica das correntes herdeiras do realismo clássico não dá conta de perceber mutações (ASHLEY, 2000), tratando a realidade internacional como a mesma de séculos atrás.

Nas Relações Internacionais foi a Escola Inglesa que inicialmente lidou com a questão da anarquia de forma mais profunda (BULL, 1966), analisando seus pressupostos filosóficos e propondo visões alternativas quanto à ordem internacional realista/hobbesiana (WIGHT, 2002). Ali já foi demonstrada a possibilidade de se vislumbrar novas formas de se estruturar a política internacional, no que se inclinou a uma realidade racionalista/grociana, pautada no direito internacional e na institucionalização das práticas. Percebe-se que a defesa realizada pela Escola Inglesa, da existência e da expansão de uma Sociedade Internacional, se materializou - e materializa - na política internacional em um ambiente cada vez mais permeado por organizações que criam obrigações aos Estados - e aos indivíduos.

Se o Realismo outorga para si o “real”, tal realidade mostra-se cada vez mais enquanto uma ilusão cauterizada no imaginário internacional; como defendido ao longo desta monografia, a simples análise histórica, resgate em sentido genealógico que visa desmontar os discursos de legitimação de algum ponto de vista, demonstra a fragilidade do Realismo e a falência de seus pressupostos. Na obra de Michel Foucault (2018) observa-se a genealogia e a ideologia como contrapostos, por ser a primeira o esforço para compreender a forma com a qual objetos são construídos, no que a segunda exerce função virtualmente oposta. Podendo-se argumentar sobre uma ideologização da teoria das Relações Internacionais trabalhada material e simbolicamente pelos centros os quais o Realismo enquanto ideologia interessa - e aqui toma-

se a influência gramsciana de Robert Cox (1986) para compreender como tal questão se dissemina - defende-se aqui a contraposição da genealogia à idolatria.

3.3 A disciplina nas Relações Internacionais

O autor argumenta que a teoria crítica deve atuar nas Relações Internacionais através de uma ação tríplice: (i) no problema da normatividade, (ii) na reconstrução sociológica e (iii) na reformulação praxeológica/epistemológica (LINKLATER, 2000). Como o plano de fundo deste empreendimento teórico está a indignação em relação à exclusão, ao questionamento sobre como pode ser possível determinados atores serem excluídos de um determinado arranjo social, seja ele doméstico ou internacional. Na passagem “[...] o propósito normativo da teoria crítica é facilitar a extensão da comunidade política e moral aos assuntos internacionais”¹⁰ (LINKLATER, 2000, p.1648) evidencia-se a necessidade em expandir a compreensão sociológica do ambiente doméstico ao das relações internacionais, a uma nova compreensão da relação entre agente e estrutura como disposto em obras como as de Alexander Wendt (1999).

Pensadores como Richard Ashley (1995) e Rob Walker (1989) trazem um argumento similar sobre como instituições de soberania moldam indivíduos e nações segundo preferências estéticas e arbitrariedades de poder. É a materialização do discurso na realidade (FOUCAULT, 1971) que leva à demanda de Andrew Linklater (2000) por uma razão argumentativa nos moldes habermasianos (2015) no intuito da criação de uma intersubjetividade entre atores internacionais que constitua uma nova praxeologia das relações internacionais. É proposta a clivagem de uma racionalidade estética a uma racionalidade argumentativa. A partir de Michel Foucault encontra-se os elementos de como uma razão estética hierarquiza, ordena, cria condições de verdade na instituição de uma “estética da existência” que constitui um campo moral (FOUCAULT, 2019, pp.107-111). Uma Sociedade Internacional ordenada por uma razão estética, o que se demonstra até então enquanto realização ontológica, suprime a pluralidade subjetiva de uma racionalidade argumentativa que se mostra como deontologia.

A estética da existência enquanto princípio ordenador das relações internacionais é invocado por Richard Ashley (1995) quando ele argumenta que há uma constante intenção dos atores em se disciplinar conforme um ideal que visa a autotransformação. O que se tem

¹⁰ “[...] the normative purpose of critical theory is to facilitate the extension of moral and political community in international affairs”. Traduzido pelo autor.

enquanto *práticas de si* com Foucault (2019) observa-se como a intenção dos Estados em assimilar a voz hegemônica (ASHLEY, 1995), projeto homogeneizador moderno que tem na soberania seu catalisador (RUGGIE, 2000). Através da obra de Foucault compreende-se bem a clivagem histórica que representa a passagem do conceito de soberania enquanto identificação do corpo do rei ao que coloca o povo em seu centro, a soberania popular. De uma inflexão da ordem soberano-súdito surge na sociedade moderna a soberania alicerçada em mecanismos de poder que tem como objetivo a produção (FOUCAULT, 2018). Nessa linha a aproximação às relações internacionais segundo a seguinte passagem de Ashley (1995, p.114):

Graças à fabricação e circulação do paradigma da soberania, instâncias locais da prática heroica podem ser orquestradas, e seus efeitos podem ser concertados em um processo global de domesticação ainda que as circunstâncias destas práticas variem amplamente, ainda que as pessoas envolvidas não coordenem deliberadamente sua conduta, ainda que não haja uma agência central para pronunciar um programa universal ou para dirigir estas práticas a um fim, ainda que os efeitos da domesticação produzida sejam observados não como objetos da vontade, mas como as limitações e condições auto evidentes da vida em escala global.¹¹

A prática heroica é a intervenção dos dispositivos da modernidade na ambiguidade da política internacional (ASHLEY, 2000). Retoma-se o estudo de Ruggie (2000) sobre como a modernidade tenta estabelecer sentidos que balizem o pensamento dentro de uma determinada racionalidade, esta que possui fins para além da compreensão da própria realidade (COX, 1986). Os dispositivos de tal prática atuam através de uma economia do poder que disciplina a conduta em lugares dispersos, homogeniza os discursos e levam a um regime da verdade no imaginário internacional (ASHLEY, 2000). Percebe-se a forte influência que a compreensão de *poder e disciplina* segundo Michel Foucault possui aqui.

Uma das preocupações centrais de Foucault (1971; 1995; 2017; 2018) é analisar como são produzidos os enunciados, quais são as questões tidas enquanto válidas ou não sobre determinados campos de saber. Tendo a genealogia enquanto o método que permite compreender a forma com a qual objetos são construídos, pode-se analisar o saber internacional circulando dentro de uma rede de poder que produz legitimidade a certas práticas, instituições, regimes (BORG, 2017); cria-se um regime da verdade a partir desta correlação de forças

¹¹ “Thanks to the fabrication and circulation of a paradigm of sovereignty, local instances of heroic practice can be orchestrated, and their effects can be concerted in a global process of domestication even though circumstances of practice vary widely, even though the people involved do not deliberately co-ordinate their conduct, even though there is no central agency to pronounce a universal program or to direct these practices toward an end, and even though the effects of domestication produced are regarded, not as objects of political will, but as the self-evident conditions and boundaries of life on a global scale”. Traduzido pelo autor.

oriunda de um poder que não é verticalizado nem apenas materialmente embasado, mas sim, relacionalmente situado.

Os atores internacionais, e no caso dos que se privilegiam aqui nesta monografia, os Estados, se disciplinam frente aos enunciados legitimados nas diferentes instâncias da Sociedade Internacional; renunciam à sua soberania frente a uma estética da existência idealizada no seio da modernidade. Pode-se depreender a partir de Andrew Linklater (2000) que a soberania e as fronteiras são produtos de preferências estéticas que representam arbitrariedades de poder assumidas pela história. Deve-se ter em mente aqui que tal formulação teórica não é em nada afastada da realidade internacional, do *modus operandi* dos Estados na política internacional. Há diversos casos que apontam para esta disciplina estatal que se pretende moldar esteticamente no que é legítimo. O Consenso de Washington e o austericídio fiscal, as subsidiárias da ONU e a vigilância sobre as práticas eleitorais, os acordos climáticos e a redução da emissão de gases nocivos ao meio-ambiente no interior do projeto de desenvolvimento; são alguns dos muitos exemplos que podem ser tomados sobre “boas práticas” que modelam a conduta dos Estados.

Algo importante a frisar, e novamente retomando a distinção entre a *disciplina* nietzschiana e foucaultiana, é que esta não possui apenas o caráter de restrição, impedimento, proibição. Há a produção de sínteses a partir da disciplina, ela tem uma função dialética. Assim, quando se fala em uma Sociedade Internacional disciplinar, não se toma como sinônimo uma Sociedade Internacional de controle ou de regimes de repressão; esta seria uma análise superficial. O próprio Foucault (2014) marca a clivagem entre uma sociedade de controle a uma sociedade disciplinar; mas não que o controle tenha desaparecido, ele é suprasumido na disciplina, tomando o lugar *negativo* da dialética disciplinar. Assim, há mecanismos de controle dentro da ordem disciplinar, mas aqueles não caracterizam esta.

A intenção da disciplina é a produção. Por isso é importante compreender como ela se articula dentro do projeto da modernidade, mesmo em um estágio que se pode argumentar tardio. No interior do Estado, a disciplina é responsável pela produção do indivíduo em duplo sentido - tanto (i) na hermenêutica do indivíduo que se constitui enquanto sujeito quanto (ii) na produtividade deste (FOUCAULT, 1995; 2008; 2012; 2018). Pode-se transpor às relações internacionais a disciplina tendo esta mesma dupla função, a (i) da identificação do Estado em si, e aqui remete-se à identidade enquanto motor do interesse que é constituído enquanto ideia compartilhada internacionalmente (WENDT, 1999), assim como (ii) a da produção deste Estado, política pública articulada com sua política externa dentro de uma baliza disciplinar.

Quando Mark Zacher (2000) traz no título de sua obra “os pilares em ruína do tempo de Vestfália”, o argumento central não é necessariamente o da quebra da soberania, mas sim, na redução da autonomia dos Estados frente a uma ordem internacional cada vez mais institucionalizada. Contudo, ao contrário do que uma leitura liberal-institucionalista pode querer demonstrar sobre uma menor autonomia do Estado a partir da integração dos grupos econômicos transnacionais enquanto vetor decisório (KEOHANE; NYE, 2001), é o próprio Estado que escolhe reduzir sua autonomia (ZACHER, 2000) frente a uma Sociedade Internacional que oferece benefícios àqueles integrados em seu grande esquema de governança. O envolvimento dos Estados em regimes políticos internacionais que balizam sua própria autonomia é a evidência empírica do argumento; a constituição da União Europeia nos moldes como hoje se tem é uma tecnologia política impensável pelas lentes realistas do século XX.

A autonomia reduzida do indivíduo vigilado no interior dos dispositivos e das instituições disciplinares assemelha-se ao do Estado frente às organizações e regimes internacionais. Os Estados passam por um processo de redução da sua autonomia frente a instituições que os disciplinam, os colocam dentro de um determinado regime de produtividade que segue a lógica de um discurso homogeneizador. Aponta-se a uma nova racionalidade política internacional, um *omnes et singulatim* (FOUCAULT, 2012) transposto às Relações Internacionais que individualiza ao mesmo tempo em que totaliza o Estado, que estabelece técnicas para o desenvolvimento das próprias instituições e regimes que os disciplinam. Através de Martin Wight (1995, 2002) pode-se pensar que é a consolidação de uma *raison de système* em detrimento da *raison d'État*, a formulação de um novo *ethos* político internacional que já possui suas condições realizadas numa estética da existência apreendida pelos diferentes Estados. Nesse cenário, colocar a ordem internacional ainda sob a perspectiva anárquica é uma grande imprecisão teórica, marcada pela reificação dos textos clássicos das Relações Internacionais.

4. Desmaterializando o poder: para além das noções de *Hard*, *Soft* e *Smart Power*

Pode-se argumentar que desde sempre o poder foi assunto de interesse para a política, vide os próprios clássicos que até hoje inspiram os estudos de Relações Internacionais como Sun Tzu, Tucídides, Kautilya, entre outros. Contudo, é a partir do renascimento europeu, desde o Século XVI, que se percebe a preocupação com o poder enquanto elemento fundamental para a consolidação dos *Statos* (WATSON, 2004) e, respectivamente, para a demarcação das fronteiras sobre as quais se exercerá hegemonia. Se é em Maquiavel (1982) que os príncipes e famílias despóticas tinham sua principal referência, nas Relações Internacionais não foi diferente. A Escola Realista, fundante das Relações Internacionais enquanto campo de estudo, mantém em grande parte a noção de poder maquiavélica, sem notar o anacronismo conceitual que isto representa.

Quando se fala em desmaterializar o poder remete-se, inicialmente, a ideia pressuposta de que há interpretações que consideram um poder material. Nas Relações Internacionais, tal forma de poder se refere, grosso modo, aos conceitos de *Hard*, *Soft* e *Smart Power*. Mesmo que a concepção dessas noções seja oriunda da tradição da *Interdependência Complexa*, subconjunto do liberalismo, os mesmos representam ideias calcificadas e amplamente utilizadas na política internacional, tendo como influência a própria noção realista de poder. Desmaterializar tais concepções de poder é deslocar o espaço e o nível em que a análise das Relações Internacionais se efetiva (STERLING-FOLKER; SHINKO, 2005); é considerar que o poder não pode ser materializado seja em fatores bélicos, econômicos ou midiáticos, mas sim, entender que o poder é uma entidade que circula e se faz circular, que não se encontra em determinado ponto e que constitui, em-si-mesmo, uma rede de interações heterogêneas e assimétricas (FOUCAULT, 2018).

4.1 O poder nas Relações Internacionais: *Soft*, *Hard*, *Smart* e além

O Realismo é conhecido como a “escola da política do poder”, logo, será a preocupação inicial deste subcapítulo. Ao se ter em vista a ontologia desta tradição que tende a interpretar a política internacional como uma guerra de todos contra todos, uma infundável luta pelo poder, Brian Schmidt (2005) sintetiza as três principais divisões internas ao realismo, que representam também o que podemos denominar como uma história da teoria das Relações Internacionais, são elas: i) o realismo clássico; ii) o realismo estrutural; iii) o realismo neoclássico. Se nas três clivagens internas ao realismo há o ponto em comum de (SCHMIDT, 2005, p. 524):

“caracterizar a política internacional em termos de uma contínua luta pelo poder”, elas alcançam esta conclusão através de formas diferentes. Desde o trabalho seminal de um clássico como Edward Carr (2001), que analisava o período entre guerras, até em teóricos mais recentes como Stuart Kaufman et al (2007), percebe-se a preocupação com o poder e seus efeitos na teoria das Relações Internacionais.

Uma relevante diferença nas subcorrentes realistas se dá no que tange o nível de análise das Relações Internacionais; as três imagens de Kenneth Waltz (2001) são metodologicamente interessantes para compreender este ponto. Enquanto o realismo clássico concede à natureza humana egoísta (primeira imagem) o motivo pelo qual o poder é uma força incessantemente buscada, independente de sistema política doméstico ou externo (MORGENTHAU, 2003); o realismo estrutural, com destaque ao próprio Waltz (1979), analisa as Relações Internacionais através do sistema internacional (terceira imagem), renegando as influências do homem e do Estado (WALTZ, 2001). Ao realismo neoclássico serve o papel de realizar uma espécie de *via media*, acoplando as três imagens - com maior destaque as duas últimas (SCHMIDT, 2005) - para analisar padrões de comportamento e de política externa.

O problema é que toda a justificação proposta pelo Realismo e suas variáveis não atuam apenas no nível epistemológico; mas sim no ontológico, pois a fundamentação a partir do jusnaturalismo hobbesiano assegurará à própria corrente realista uma reivindicação sobre o “real”, que será constantemente antagonizado ao “idealista” ou “utópico”, como serve de pedra angular a obra de Carr (2001). Tendo a anarquia enquanto máxima, os demais conceitos da teoria realista se levantam nesta perspectiva; trazendo para o léxico da ciência política comparada, é como se a anarquia fosse a variável independente, ontologicamente justificada, a partir da qual o Realismo vai elaborar as variáveis dependentes para lidar com o sistema internacional. Além da insuficiência epistêmica e da arrogância intelectual presente naqueles que partem de tal perspectiva, o fator de disputa pelo monopólio da verdade possui em si um forte elemento de poder

A concepção de *Hard Power* cunhada por Nye (1990), apesar de adentrar na teoria da interdependência, tem no realismo sua gênese real. Dentro do realismo pode-se dividir entre duas as concepções sobre a natureza do poder: a primeira e mais importante baseia-se nos recursos materiais, e a segunda na relacionalidade. Contudo, como mostra Schmidt (2005, p. 528) ao longo do seu trabalho, apenas no realismo clássico percebe-se uma tentativa de explicar o poder através das relações entre Estados, cabendo a todas as outras correntes um determinismo de tentar quantificar o poder através de recursos materiais como: tamanho das Forças Armadas, capacidade econômica, geografia, entre outros. Esta busca por uma

quantificação do poder é colocada por Stefano Guzzini (*apud* SCHMIDT, 2005, p.529) como “um pobre conceito de poder, o qual assume que todos os elementos de poder podem ser combinados dentro de um grande indicador”.

Para Robert Keohane e Joseph Nye (2001, p. 10): “os recursos que produzem capacidades de poder se tornam cada vez mais complexos”. Isso desde a década de 70, período no qual, após a “década de ouro”, vislumbrou-se uma grande integração entre os diferentes atores; daí surge a concepção de *Interdependência Complexa* que dá nome ao arcabouço teórico criado por Keohane e Nye (2001) na esteira do liberalismo internacionalista. Logo, Nye (1990) avança um pouco a discussão sobre a origem do poder para além da perspectiva realista, incorporando neste momento a noção de *soft power* ao estudo das Relações Internacionais e, assim, mostrando que o poder vai além de um indicador que considere apenas capacidades materiais.

O *soft power* é interessante pois apresenta uma conotação que possibilita sua articulação em níveis para além do *hard power*, isso pois pressupõe relações sociais nas quais as percepções de diferentes atores determinam a capacidade de exercício de tal poder brando. Apesar de remanescente um caráter coercitivo, tal coerção se dá através de elementos outros que não a capacidade bélica, normalmente se dirigindo a fatores que influenciam a produção e a projeção de ideias (NYE, 1990). Uma das principais características da *interdependência complexa*, de modo a justificar tal proposição teórica, é a opção dos Estados em resolver seus conflitos em termos outros que os previstos no *hard power*; por isso a importância da confecção do *soft power*, que pode ser resumido enquanto a capacidade de um ator influenciar outros em vias de conseguir efetivar uma agenda.

Quando Joseph Nye (2011) elabora um *smart power*, tal formulação se refere à capacidade de combinar o *soft* e o *hard power* em um contexto internacional mais recente. Nessa conjuntura, refere-se a um número de atores crescente em uma realidade cada vez mais transnacional e difusa. Há um avanço qualitativo nesta nova formulação quando comparada às tipologias prévias de poder; contudo, percebe-se como Keohane e Nye (2001) ainda se atém ao poder enquanto recurso, enquanto elemento quase que tangível. Ao criticar pacifistas e outros autores liberais que previam uma diminuição do poder do Estado, Keohane e Nye (2001, p.216) apontam que: “Eles falharam na análise de como os detentores de poder poderiam manusear este poder para moldar ou distorcer padrões de interdependência”¹². Nas conclusões de sua

¹² “They failed to analyze how holders of power could wield that power to shape or distort patterns of societal interdependence”. Traduzido pelo autor.

obra, o mesmo coloca, a respeito da inserção internacional dos Estados Unidos (KEOHANE; NYE, 2001, p. 260) que: “A questão crítica é se eles terão a liderança política e a visão estratégica para converter estes recursos de poder em uma influência real neste período de transições da política mundial”¹³. Logo, entende-se nele que o poder é um meio pelo qual uma influência real pode ser exercida, não um fim em si mesmo. Interessante notar que aqui há uma clara clivagem com o realismo, pois no realismo - centralmente no realismo clássico - o poder é um fim em si mesmo (SCHMIDT, 2005; BUZAN, 1984).

Mas a questão proposta por esta monografia é: o poder não é um fim em si mesmo, tampouco um meio para se alcançar outros objetivos. É, na realidade, a rede na qual circula as intenções dos agentes, neste caso, atores internacionais. Não pode ser tangibilizado nem transformado em outro elemento; não há uma economia material do poder. Dentro do léxico realista, para Kaufman, Little e Wohlforth (2007), o conceito de *balança de poder* pode ser usado de quatro maneiras: i) descritiva, ii) prescritiva, iii) normativa e iv) analítica. Destarte percebe-se que é um conceito muito mais complexo do que o simples senso comum de contrabalancear um *hegemon*. A parte quatro do livro de Hans Morgenthau (2003) dedica quatro capítulos para compreender o equilíbrio de poder enquanto limitação do poder nacional - preocupação da parte anterior da obra. No realismo, visível em suas vertentes de Morgenthau (2003) a Waltz (1979), há uma espécie de mecânica nas relações internacionais que se expressa na noção de que em um sistema de forças autônomas - o sistema internacional - sempre que há uma perturbação - busca por hegemonia - haverá um contra movimento que retornará o mesmo sistema ao equilíbrio (MORGENTHAU, 2003, p.322).

Há um malabarismo epistemológico em uma afirmação como esta, que traz elementos das ciências naturais - a física, no caso - para justificar a ordem nas relações internacionais; como coloca Rob Walker (1989, p.329), há uma tendência ao reducionismo na noção de balança de poder ao se empregar uma compreensão funcionalista da sociologia nas Relações Internacionais. Essa tentativa em se aplicar a terceira lei de Newton¹⁴ à política internacional, se compreensível nos tempos de Hans Morgenthau enquanto herança de uma epistemologia estrutural-funcionalista, não pode ser levada a sério em tempos posteriores ao terceiro debate teórico das Relações Internacionais (LAPID, 1989).

¹³ “The critical question is whether it will have the political leadership and strategic vision to convert these power resources into real influence in a transitional period of world politics” Traduzido pelo autor.

¹⁴ Fundamentando a mecânica clássica, a terceira lei de Newton estabelece que as forças de ação e reação em dois corpos possuem igualdade de módulos e direção, porém com sentido opostos. Logo, somado à primeira lei, a da inércia, percebe-se a tentativa do estabelecimento de algo como uma “mecânica das relações internacionais”, ainda que os autores aqui citados não mencionem isto.

Quando se toma o trabalho de realistas estruturais - no que é possível compreender enquanto neorealismo - tanto as obras de Kenneth Waltz (1979; 2001) quanto a de John Mearsheimer (2001) mantêm-se alicerçadas em princípios metodológicos fracos. Se do realismo clássico ao neorealismo há uma passagem da primeira à terceira imagem (WALTZ, 2001) enquanto nível de análise das Relações Internacionais (BUZAN; LITTLE, 2000), algumas essencializações, como a do sistema anárquico, se mantêm reificadas, comprometendo o próprio edifício teórico que por vezes é construído com erudição pelos autores. Ainda quanto ao nível de análise, o *power cube* de John Gaventa (2006) mostra como as teorias tradicionais das Relações Internacionais são limitadas. Ao partir de um esforço interdisciplinar - com ênfase na sociologia -, Gaventa (2006) argumenta sobre três diferentes dimensões (espaço, nível e forma) nas quais o poder se divide, e que nas distintas combinações entre essas dimensões se manifesta o poder na política internacional.

Mas se em autores como Yosef Lapid, Barry Buzan e John Gaventa temos críticos ao realismo, dentro desta própria corrente é possível combater suas insuficiências. É o que fazem Kaufman, Little e Wohlforth (2007) quando contrariam a universalidade da balança de poder ao trazer empiricamente que sistemas balanceados e não-balanceados são percebidos com a mesma frequência ao longo da história, algo semelhante ao que demonstra Adam Watson (2004) através do seguinte trecho “O que é universal nos sistemas internacionais, nós notamos, é uma mistura de anarquia e hierarquia ao longo destes: os sistemas variam no grau em que eles estão hierarquicamente, mais do que anarquicamente, organizados”¹⁵. Kaufman, Little e Wohlforth (2007, p.228) apontam para a falácia argumentativa da balança de poder perene, alicerçada na ideia de anarquia, o que ao mesmo tempo demonstra a própria insuficiência em se defender uma anarquia constante no sistema internacional. Nisso, os autores mantêm seu viés realista ao afirmar que a hegemonia, mais do que a balança, é a norma das relações internacionais (KAUFMAN; LITTLE; WOHLFORTH, 2007), equiparando-se a pensadores como Gilpin (1981) e Mearsheimer (2001); conclusão da qual esta monografia pretende se afastar. Nesta direção, aponta-se ao próximo subcapítulo, a partir do qual se absorverá a noção de poder trabalhada por Michel Foucault.

¹⁵ “What is universal in international systems, we note, is a mix of anarchy and hierarchy within them: systems vary in the degree to which they are hierarchically rather than anarchically organized”. Tradução própria.

4.2 A noção de poder difuso em Michel Foucault

Apesar de Foucault, através de uma série de entrevistas e escritos, ter disposto que nunca foi de seu interesse ser um “teórico do poder” - como é possível observar em Foucault (2018, pp.41-42) - sua influência sobre os estudos deste conceito é inegável. O filósofo francês revolucionou, de certa forma, a análise sobre o poder, criando um impulso intelectual que, transcendendo a filosofia, articula novas perspectivas sobre as relações de poder nas ciências sociais *lato sensu*. Na realidade, assim como é enfatizada ao longo deste trabalho, a influência de Nietzsche em Foucault também se faz sentir no que tange a concepção de poder.

Em Friedrich Nietzsche, o poder serve enquanto crítica à própria filosofia – algo melhor compreendido em Nietzsche (2017) – de modo a argumentar que a filosofia, enquanto “vontade de criação do mundo” (NIETZSCHE, 2015, p.20), nada mais é do que uma disputa para legitimar uma determinada moral (NIETZSCHE, 2016). De certo modo, isso ocorre também nas Relações Internacionais, onde mesmo em correntes nas quais o debate sobre a moral é negligenciado – como o Realismo - há uma moralidade implícita que busca se legitimar frente às demais (JUNG, 2021). Assim, o poder possui desde então uma conotação de demonstrar uma estrutura discursiva como mais legítima do que sua concorrente, em uma dinâmica relacional que não depreende condições materiais. A díade *saber-poder* conforme trabalhada em Michel Foucault tem aqui a sua origem.

Se por um lado, contudo, existe o poder enquanto manifestação de um discurso moral que se legitimou frente aos demais, há uma outra dimensão de poder, a qual é, possivelmente, a mais conhecida a partir de Nietzsche: a *vontade de potência*. No que a princípio pode remeter a uma ontologia próxima à seguida pelo realismo, a do poder enquanto uma disputa por dominação em um contexto de guerra generalizada, a *vontade de potência* corresponde a algo muito mais amplo: é a própria *vida* efetivada, a soma dos afetos. Tolhida pela moral vigente, a *vontade de potência* se vê enclausurada dentro de uma determinada normatividade; Nietzsche (2017, p.101) aponta às instituições a representação deste enclausuramento no fato de que “As instituições liberais deixam de ser liberais tão logo são adquiridas; não há, depois, nada tão radicalmente nocivo para a liberdade quanto as instituições liberais”. Articula-se enfim o poder, seja enquanto disputa por uma moralidade ou na tentativa de efetivação da *vontade de potência*, dentro de uma estrutura relacional, enquanto não-substância. A noção de disciplina, melhor explorada anteriormente nesta monografia, tem forte influência desta conotação dada por Nietzsche às instituições.

Instituição e poder são dois conceitos que andam conjuntamente na filosofia foucaultiana; o poder se prolonga às instituições através da demanda do primeiro por uma verdade (FOUCAULT, 2005). Na dialética positiva entre instituição e poder, a disciplina surge enquanto síntese. Pode-se tomar, numa linguagem marxista, que tais conceitos correspondem tanto a um meio de produção quanto a um meio de circulação; a simbiose poder-instituição cria a si mesma e se faz circular através de uma rede de dispositivos multivetoriais que possuem múltiplas intenções, entre elas, a disciplina. Ao colocar ambas as noções no plural, intui-se que há diferentes formas de instituição e de poder, em uma compreensão que expande o léxico recorrente principalmente no que tange o último conceito; como será visto aqui, existe não apenas um poder, mas sim, poderes.

Ao se tomar Michel Foucault enquanto referência para discutir sobre instituições e poder, deve-se ter em vista que tais conceitos atuam articulados a outros, como os de dispositivo, tecnologia, técnica e mecanismo. Inicialmente, pode-se dizer que as instituições em Michel Foucault têm uma capacidade produtiva e regulatória, partindo de uma fundamentação social, política e econômica. Ao analisar a justiça popular no capítulo três do *Microfísica do Poder*, Foucault (2018) coloca exército, colonização e prisão como instituições que normalizam e hierarquizam. Através deste exemplo percebe-se que há uma compreensão *lato sensu* sobre o significado de instituições, pois os três exemplos tomados são qualitativamente diferentes entre si. Melhor é analisar a compreensão foucaultiana sobre as instituições através de um prisma que evidencie a finalidade destas. Foucault (1971) tenta romper com o funcionalismo, pela capacidade que esta corrente tem de reproduzir a si mesma em discursos de verdade; ao mesmo tempo, não dispensa a função de uma instituição enquanto elemento de análise desta. Colocar a análise das relações sociais sob o prisma da estratégia funcional – mas não funcionalista – possibilita compreender a não espontaneidade das sínteses travadas dentro dos campos sociais (FOUCAULT, 2014; 2018); justamente aqui que reside a concepção de saber-poder, respectiva à produção de jogos da verdade a partir das relações de poder.

Logo, as instituições podem ser mais bem compreendidas ao se tomar enquanto chave hermenêutica as suas funções. Para além do seu funcionamento e disposições, as instituições devem ser colocadas em um devido tempo e espaço; em Foucault (2005; 2008; 2014; 2018) deve-se compreender que elas se articulam em dois contextos históricos-cronológicos-tecnológicos diferentes: (i) no qual vigora a soberania do rei e (ii) naquele que o povo se ergue enquanto herdeiro legítimo da coroa, formação da nação. Se nos tempos primeiros havia controle e suplício, instauração de um saber físico-penal para manifestar o poder daquele que

pune (FOUCAULT, 2014, p.37), com a nação cessam os suplícios, humaniza-se a punição em um processo de sutílização dos dispositivos de coerção que encaminham enquanto técnica à vigilância entre os séculos XVII-XVIII (FOUCAULT, 2005; 2008; 2014; 2018). Uma das funções da obra *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2014) é justamente o de marcar a clivagem entre uma sociedade de controle para uma sociedade disciplinar, como apontado pelo próprio autor (FOUCAULT, 2018, p.45).

Há assim um acompanhamento entre regimes políticos (econômicos e sociais) e as instituições criadas para lidar com a população espalhada no espaço político, o Estado nacional (FOUCAULT, 2008). A própria ideia de população era aqui ainda nova, pois designar a um conjunto de pessoas esta noção só seria possível com a derivação de uma nação que congregasse elementos simbólicos e materiais (BOURDIEU, 2014), sendo a manutenção e o desenvolvimento de instituições, dispositivos e técnicas o esforço para manter tanto a coesão do próprio Estado (BOURDIEU, 2014) quanto consolidar a subjetivação do próprio indivíduo enquanto sujeito (FOUCAULT, 1995). Duas questões de cunho teórico são interessantes aqui para compreender a materialização desse contexto histórico e sua legitimação: i) Pierre Bourdieu (2014) consegue dar sentido à forma como um constructo mental torna-se uma realidade concreta a partir da individualização de uma subjetividade coletiva, questão que remete ao (ii) *omnes et singulatim*¹⁶ de Michel Foucault (2012), a função ao mesmo tempo totalizante e individualizante que o Estado-nação exerce sobre sua população.

No passar de um tipo de sociedade para outro, de uma organização política a uma diversa, observa-se a articulação das instituições em uma rede de poder que produz regimes de verdade (FOUCAULT, 2018), estrutura estético-dialética positiva que constituirá a própria hermenêutica do sujeito (FOUCAULT, 1995). Interessante é recorrer ao resgate genealógico que Foucault (2017; 2019) realiza na quadrilogia *História da Sexualidade* para demonstrar como a sexualidade torna-se moralizada através de formação de uma verdade que será concretizada através de uma institucionalização desta. As múltiplas relações em torno do poder criam uma série de díades como *saber-poder*, *poder-verdade*, *poder-contrato*, entre outras, que interagem ao longo da bibliografia foucaultiana. Forma-se assim uma “estética da existência”

¹⁶ Do latim, pode-se extrair destas duas palavras o efeito de *todos/total/geral* (omnes) e *um/singular/individual* (singulatim), que quando colocadas gramaticalmente em condição conjuntiva pelo *e* (et) não constituem oposição, mas sim, complementaridade. Assim, coloca Foucault (2012), a racionalidade política na figura do Estado atua a partir do desenvolvimento de elementos constitutivos nas vidas dos indivíduos que reforce a própria existência do Estado. Com Bourdieu (2014) complementa-se ao dizer que o Estado é o próprio elemento de legitimação do Estado.

(FOUCAULT, 2019, p.107), que mais do que a regulação de uma mera conduta, reproduz uma nova ordem ontológica.

Na formulação acima é possível vislumbrar a intersecção entre instituição, poder e disciplina em Michel Foucault. Em síntese, até aqui, pode-se estabelecer que o poder é um conjunto de ações em que estas respondem umas às outras. As relações de comunicação - o discurso - é uma forma de agir sobre os outros, logo, pode ter efeitos de poder; ainda assim, é necessário separar relações de poder, relações de comunicação e capacidades objetivas. As instituições são lugares nos quais há a constituição de um bloco de poder, na qual capacidade, comunicação e poder se combinam, como é o caso da Escola, por exemplo (FOUCAULT, 1995). A síntese deste bloco é a disciplina, no que se remete aqui ao terceiro capítulo deste trabalho.

Mas ainda sobre o poder, toda essa fundamentação prévia que parte de Nietzsche e que encontra na genealogia das instituições sua forma de expressão, deve-se levar em consideração um fator central: a retirada do poder do âmbito estatal. Quando se fala em uma *microfísica do poder* se remete justamente aos diferentes níveis no qual o poder deve ser analisado, para além da estrutura soberania-Estado; isso vem de Nietzsche. A constatação de um poder difuso, que se encontra “[..] fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado, em um nível muito mais elementar, quotidiano “ (FOUCAULT, p.240) é a grande questão trazida por Michel Foucault em relação ao poder. Isso é possível após a clivagem supracitada, na qual se rompe com a soberania do Rei em vias de se dirigir a uma soberania popular.

A ideia de uma lógica horizontal em detrimento de uma vertical caracteriza este poder difuso que não tem sua produção (apenas) no âmbito do Estado ou de alguma instância supraindividual, mas que sim, possui múltiplos níveis e se fazem demonstrar principalmente na relação entre indivíduos e instituições. Nisso, uma dimensão discursiva se incorpora à dimensão material com a qual usualmente se concebe o poder em vias de fundamentar relações de poder que se modificam através das diferentes articulações políticas, econômicas e sociais. Nas Relações Internacionais, percebe-se o uso crescente de tal semântica do poder, viabilizado a partir de uma ruptura epistemológica com o positivismo que marcou boa parte da história deste campo de estudos. Desmaterializar e difundir o poder na política internacional é vital para uma análise acurada dos processos transnacionais que ocorrem em múltiplos níveis no sistema internacional; esta é a próxima preocupação deste trabalho.

4.3 Desmaterializando o poder nas Relações Internacionais

Considerar correntes como o neorealismo e o liberalismo-institucional na qualidade de centrais às teorias das Relações Internacionais atualmente mostra a bitolação, o paroquialismo e a pobreza teórica deste campo de estudos (ENLOE, 1996). Desmontar o edifício teórico dessas correntes através de outras perspectivas não é um retroceder quanto à teorização da política internacional, mas sim, um enriquecimento (HALLIDAY, 2007). A principal crítica aqui é à naturalização da violência e da guerra em um paradigma de poder que, mesmo em sua dimensão *smart*, mantém reificadas as premissas de uma visão de poder limitada e, ainda pior, interessada.

Em Barry Buzan (1984) percebe-se o esforço em diminuir o papel do estudo sobre poder nas Relações Internacionais. Através da elaboração da *teoria da securitização*, Buzan (1984) defende que tanto o poder - vinculado ao realismo -, quanto a paz, acoplada ao liberalismo, são constructos insuficientes para lidar com a análise das relações internacionais no que tange a guerra. Contudo, percebe-se deficiências epistemológicas no seu trabalho, seja por essencializar os conceitos de *anarquia sistêmica* e *corrida armamentista*, seja por tentar enxergar com bons olhos estes mesmo dois conceitos, partindo de um olhar puramente eurocêntrico. Não se quer aqui diminuir a importância do poder para o estudo das Relações internacionais, pois se compreende o quão fundamental é este conceito para o desenvolvimento da política internacional; o grande ponto é sobre com qual concepção de poder se trabalhará para uma análise deste campo de estudos. É necessário dismantelar algumas antigas ideias em vias de apontar a novas possibilidades.

Através da obra de Nietzsche tem-se o impulso filosófico necessário para desconstruir, “martelar” certos paradigmas estabelecidos. Se no “Crepúsculo dos Ídolos” percebe-se mais efetivamente o ataque à influência socrática/platônica em passagens como (NIETZSCHE, 2017, pp. 21-25) “Essa irreverência de considerar os grandes sábios como *tipos de decadência* nasce em mim precisamente num caso em que os preconceitos letrado e iletrado se opõem com maior força: reconheci em Sócrates e em Platão sintomas da decadência”. Deve-se ter em vista o panorama mais amplo de tal denúncia, o do edifício da razão que busca nestes próprios autores a sua base. A razão enquanto poder epistemológico, que inunda o positivismo epistemológico, necessita ser observado enquanto produto e produtor de relações de poder, no qual legitima-se determinados enunciados através do discurso da razão. Essa correlação entre razão, linguagem e poder é bem abordada por Michael Shapiro (2012), autor que, com forte

influência de Foucault, consiste em uma referência importante para o assunto que aqui se desenvolve.

Ao se falar nesta razão refere-se aqui a uma certa racionalidade idolátrica nos termos apontados por Ricardo Timm de Souza (2020), elemento que, presente na tradição filosófica, não se furta de permear as Relações Internacionais. A problemática do poder enquanto capacidade material em uma fetichização da guerra estabelece um ídolo ao pensamento sobre o internacional, a uma discursividade que tem em seu epicentro o projeto modernista de homogeneização normativa (JUNG, 2019) e a marginalização das diferenças (ASHLEY, 1995); a manutenção de um sistema de exclusão no nível global (LINKLATER, 2000). É a partir do impulso crítico que se consegue desmontar tal discursividade, este arcabouço teórico que cria a si mesmo em um projeto de poder. Logo, através da identificação de um *götze* das Relações Internacionais é possível também vislumbrar seu possível *dämmerung*¹⁷; o poder, abordado de modo tradicional, consiste em uma construção discursiva deliberadamente criada para fins de manutenção do *status quo* (COX, 2000). Como aponta James der Derian (1995, p.5) na introdução de sua obra:

[...] a teoria internacional ajudou o Realismo a manter seu valor como a referência comum das Relações Internacionais por não problematizar sua relação “natural” com a violência. Aceitar o Realismo, como a teoria internacional fez, enquanto a reflexão da política internacional mais do que como sua construção, foi aceitar as coisas como são: a necessidade da condição de anarquia e (ao menos no início de sua forma inglesa) do mal; a permanência da alienação e da sanção para se contrapor à força; e a universalidade da vontade de poder que seduziu estadistas e conselheiros do príncipe. Como resultado, a teoria internacional usualmente seguiu o caminho de menor resistência ética ao fatalismo, dogmatismo e cinismo.¹⁸

A teorização sobre o internacional incorporou para si a ontologia realista como fato dado, contaminando com a ótica realista todo o pensamento sobre a política internacional. Como coloca Martin Wight (1995, p.19) em seu bom trabalho sobre a necessidade em se teorizar as Relações Internacionais para além da teoria política: “Eu acredito ser possível argumentar que a teoria internacional é marcada não apenas pela sua escassez, mas também

¹⁷ O título original da obra aludida de Friedrich Nietzsche (2017) é *Götzen-Dämmerung*, que em uma tradução literal seria *Idolatrar-Crepúsculo*.

¹⁸ “[...] international theory helped realism maintain its value as the common currency of international relations because it did not trouble the “naturalness” of its relationship to violence. To accept realism, as international theory did, as the reflection rather than construction of world politics, was to accept things as they were: the necessitous conditions of anarchy and (at least in its early English form) of evil; the permanence of alienation and the sanction to use force against it; and the universality of a will to power that seduced statesmen and would-be advisers to the prince. As a result, international theory all too often followed the path of least ethical resistance toward fatalism, dogmatism, and cynicism”. Tradução própria.

pela sua pobreza moral e intelectual”¹⁹. A naturalização da violência, seja a partir de uma justificação na natureza humana ou na mecânica do sistema internacional, evidencia a falência moral do edifício no qual se constituiu as Relações Internacionais; a pobreza está em, além da esterilidade para fornecer prescrições, como aponta um próprio realista (CARR, 2001), tomar como imutável este cenário de tragédia. Há, inclusive, uma discursividade desta tragédia enquanto produtora de efeitos de verdade (AREND, 2018), que partem de, e ao mesmo tempo constituem, fatos históricos. A tese de Hugo Arend (2018) sintetiza bem esta relação entre acontecimento e produção de verdade ao analisar a questão do atentado ao *World Trade Center* no 11 de setembro de 2001 enquanto um marco do antes e do depois nos estudos sobre segurança internacional.

Tendo em vista o que se abarcou em relação ao poder segundo Michel Foucault e à forma com a qual tal conceito é frequentemente abordado nas Relações Internacionais, o trabalho de Barnett e Duvall (2005) fornecem uma boa mediação. Isso pois há uma consideração polimórfica no poder, no qual uma taxonomia do poder é construída em quatro eixos que abordam desde a noção de poder em clássicos como Carr (2001) quanto uma perspectiva difusa, de encontro a Foucault. Tais eixos são, segundo Barnett e Duvall (2005, p.48): i) poder compulsório; ii) poder estrutural; iii) poder institucional e iv) poder produtivo. Nessa classificação, os dois primeiros tipos se enquadrariam em uma perspectiva mais tradicional, enquanto os últimos representariam uma forma de poder difuso.

É possível dizer que o trabalho de Sterling-Folker e Shinko (2005) esgarçam as possibilidades trazidas por Barnett e Duvall (2005) ao colocar enquanto dicotômicas as perspectivas tradicionais e as pós-positivistas. O poder no realismo reside em "coisas" que determinados atores usam para coagir outros, no que se denota uma dimensão material. Em outras abordagens – as autoras se referem a pós-modernismo - há as instituições físicas (governamentalidade) e epistemológicas de poder, além da ideia de fluidez do poder. Enquanto a maior parte dos realistas se concentra na estrutura dos Estados para analisar o poder, os pós-modernos se preocupam em ver os atos de resistência em relação ao que é estruturalmente fixado (STERLING-FOLKER; SHINKO, 2005). Não se defende nesta monografia esta rotulagem um tanto quanto reducionista de “pós-moderno” àqueles que se colocam contra modelos fixados de poder, pois isto retira a pluralidade teórica que pode emergir nas Relações

¹⁹ “I believe it can be argued that international theory is marked, not only by paucity but also by intellectual and moral poverty”. Tradução própria.

Internacionais. De todo modo, é a partir desta visão sobre o poder que se defende uma aproximação foucaultiana à teorização sobre a política internacional.

Para lidar com o aparato teórico que, por vias epistêmicas impositivas, advogam uma determinada posição material do poder, deve-se realizar uma genealogia dos conceitos que consiga destrinchar as relações de poder implícitas ao saber internacional. É necessário transmodernizar o discurso das Relações Internacionais de modo semelhante ao proposto por Enrique Dussel (2001) em relação à filosofia. Como diriam Buzan e Little (2000), o conhecimento eurocêntrico que se tem da história leva à não contradição da história internacional enquanto a contingência de um sistema anárquico. A história das Relações Internacionais é muito mais complexa do que aquela desenhada por autores como Kenneth Waltz (197), na qual um discurso homogêneo sobre a evolução do sistema, através da formulação de Estados que se relacionam em um ambiente de anarquia a partir do auto interesse e do medo leva a escolhas racionais de autopreservação. Se a anarquia de fato existiu, argumenta-se aqui que hoje ela deu lugar a um sistema disciplinar, no qual os Estados, assim como demais atores, são disciplinados frente a uma larga institucionalização multivetorial das relações internacionais.

Se na tradição realista há tais equívocos, no liberalismo a realidade é semelhante. A contribuição de Joseph Nye e Robert Keohane (2001) nas três tipificações de poder - *Hard*, *Soft* e *Smart* - representa uma simplificação do debate sobre poder nas relações internacionais, que mantêm o estudo sobre este anexado à análise das grandes potências (ENLOE, 1996). Através do debate interparadigmático nas Relações Internacionais (LAPID, 1989) e, ainda mais efusivamente, com a ascensão do pós-modernismo enquanto corrente teórica (STERLING-FOLKER; SHINKO, 2005), pode-se questionar em que medida a forma com a qual trata-se o poder nas Relações Internacionais é mera negligência intelectual ou, uma hipótese mais viável, se tal modelo serve aos interesses dos atores que pautam este debate (COX, 1986).

O problema ao qual esta monografia se refere não é tanto no nível da política externa, da ação de estadistas e seu corpo burocrático; mas sim ao pensar sobre as Relações Internacionais. Se enquanto ideologia compreende-se a clara defesa de secretarias de Estado e ministérios de Relações Exteriores às práticas prescritas pelo Realismo, no âmbito epistemológico, dos pensadores da política internacional, é a idolatria que figura enquanto chave hermenêutica desta relação. A não crítica às Relações Internacionais conforme estabelecidas se iguala a um não pensar sobre estas, elementos que em sua síntese leva à consolidação de uma razão idolátrica (SOUZA, 2020). A teoria, em vez de servir como ferramenta (imperfeita) para compreender o mundo, passa a ser um fim em si mesmo, a própria

função pela qual a teorização das Relações Internacionais existe. Sua legitimação passa a ser a função de seus pensadores, em detrimento do fortalecimento do rol teórico deste campo de estudos e, respectivamente, do próprio pensar a política internacional.

5. Conclusão

Neste trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais buscou-se explorar três conceitos caros a Michel Foucault: genealogia, disciplina e poder. Intuiu-se que a partir destes três constructos seria possível contribuir com o debate das Relações Internacionais. Certamente, um melhor aprofundamento nos conceitos aludidos, bem como uma articulação mais ampla com a bibliografia das Relações Internacionais, seria possível; contudo, dentro das limitações impostas pelo escopo que esta monografia pode alcançar, julga-se cumprido o objetivo proposto.

A contribuição de Michel Foucault às Relações Internacionais é inegável. Apesar de nunca ter sido um objeto de estudos do filósofo francês, sua filosofia política e epistemologia se fazem sentir cada vez mais em trabalhos que pensam o internacional. Em autores como James der Derian, Robert Walker, Richard Ashley, entre outros, percebe-se uma clara influência da filosofia foucaultiana. Entretanto, tais autores são ainda marginalizados frente a um discurso hegemônico que se coloca em torno de visões oriundas das escolas Realistas e Liberais das Relações Internacionais. Isso vai de encontro à hipótese traçada na conclusão desta monografia.

Constitui-se ao longo desta monografia um panorama no qual é possível compreender as Relações Internacionais através de sua superfície. Questões ontológicas, epistemológicas e metodológicas devem ser levadas em conta na teorização da política internacional, sendo a negligência destes termos um caminho certo à reprodução do discurso hegemônico deste campo de estudos. As Relações Internacionais, assim como outros campos das ciências sociais, são formadas por ídolos! A partir do impulso nietzschiano tem-se a chave para a formulação de uma iconoclastia da política internacional, da destruição de uma “realidade” que se torna “real” a partir de seus próprios termos.

Como demonstrou-se no segundo capítulo, a genealogia possui, intrinsecamente, um poder de crítica que a torna um rico instrumento às teorias das Relações Internacionais. Através do método genealógico é possível quebrar enunciados que se naturalizam na academia – e na prática diplomática – de modo a desvelar novos sentidos de verdade. Em um campo de estudos e práticas que tende à dominação e ao conflito, uma forma de destrinchar as narrativas de uma hegemonia torna-se útil a todos aqueles que se encontram sujeitos. Encontra-se aqui, enfim, uma dimensão metodológica.

O terceiro capítulo deste trabalho de conclusão se ocupou da noção de disciplina, central na filosofia política foucaultiana. Se nessa há também uma dimensão metodológica, enfatiza-

se a capacidade epistemológica que a disciplina possui para a reflexão sobre as Relações Internacionais. Compreender o sistema internacional – ou sociedade internacional, para manter o léxico mais utilizado ao longo deste trabalho – para além da naturalização da anarquia é uma necessidade epistêmica. Revelar os conflitos subjacentes ao véu do discurso sobre a anarquia é um primeiro passo para a emancipação teórica e prática de sujeitos da política internacional.

Enfim o capítulo quatro. Poder. Teses são dirigidas a destrinchar a pluralidade semântica e factual do poder; seja nas Ciências Sociais, nas Relações Internacionais, na Filosofia, entre outros campos. Nessa monografia tentou-se demonstrar, dentro do que era possível, como a noção de poder encontra-se limitada quando encarada por leituras tradicionais das Relações Internacionais. Certamente uma ampliação da compreensão sobre o poder não se completa apenas com o pensamento de Michel Foucault; contudo, através deste é possível estabelecer novos horizontes de pesquisa, a possibilidade de novas realidades para a análise do poder na política internacional. Ressalta-se, enfim, um caráter ontológico do poder.

Por trás de cada um dos conceitos aqui explorados há um impulso crítico. Foi tal vislumbre que estimulou a monografia que aqui se conclui, pois é somente através da crítica que os ídolos podem ser destruídos. Como defendido ao longo do trabalho, as teorias das Relações Internacionais – assim como é comum de se ver em qualquer arcabouço teórico – estão embebidas em idolatria. A reificação, a naturalização, a normalização; esses e outros fenômenos são resultado da formação de ídolos que correspondem ao “lugar comum” das Relações Internacionais.

Esta monografia aponta para outras possibilidades da reflexão sobre a política internacional, questão esta que adentra um projeto de pesquisa mais amplo por parte do autor. Tal esforço, do qual esta monografia é agora parte, pode ser resumido, segundo a intenção do autor em estabelecer uma ampla teoria crítica das Relações Internacionais, onde conceitos são fomentados em vias de apontar deficiências ontológicas, epistemológicas, metodológicas, teóricas e conceituais que ainda vigoram neste campo de estudos. Deve-se trabalhar com um arcabouço intelectual que dê conta dos processos atuais da política internacional, que se atualizem conforme as mudanças sistêmicas de um mundo em movimento.

Referências Bibliográficas

ARADAU, Claudia; HUYSMANS, Jef. Critical methods in International Relations: The politics of techniques, devices and acts. In: **European Journal of International Relations**, v.20, n.3, pp.596-619, 2014.

AREND, Hugo. **Tragédia, Ciência e Política da Verdade**: uma arqueologia das Relações Internacionais. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

ASHLEY, Richard. The poverty of neorealism. In: LINKLATER, Andrew. **International Relations: Critical Concepts**. New York: Routledge, 2000.

ASHLEY, Richard. The powers of Anarchy: Theory, Sovereignty and the Domestication of Global Life. In: DER DERIAN, James. **International Theory: Critical Investigations**. New York: University Press, 1995.

BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond. Power in International Politics. In: **International Organization**, v.59, n.1, pp. 39-75, 2005.

BENNETT, Andrew; ELMAN, Colin. Qualitative methods: the view from the subfield. In **Comparative Political Studies**, v.40, n.2, pp.101-121, 2007.

BORG, Stefan. Genealogy as critique in International Relations: Beyond the hermeneutics of baseless suspicion. In: **Journal of International Political Theory**, v.14, n.1, pp. 41-59, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**: um estudo da ordem na política internacional. Brasília: Editora da UnB, 2002.

BUZAN, Barry. Peace, Power and Security: Contending Concepts in the Study of International Relations. In **Journal of Peace Research**, v.21, n.2, pp. 109-125, 1984.

BUZAN, Barry; LITTLE, James. **International systems in world history**: remaking the study of international relations. Oxford: University Press, 2000.

CARR, Edward. **Vinte anos de Crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, 2003.

CHRISTOV, Theodore. The invention of Hobbesian anarchy. In: **Journal of International Political Theory**, v.13, n.3, pp.296-310, 2017.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. IN: LINKLATER, Andrew. **International Relations: critical concepts in political science**. London: Routledge, 2000.

COX, Robert. Gramsci, Hegemony and International Relations: as Essay in Method. In: GILL, Stephen (ed.). **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: University Press, 1986.

DER DERIAN, James. A reinterpretation of realism: Genealogy, Semiology, Dromology. In: DER DERIAN, James. **International Theory: Critical Investigations**. New York: University Press, 1995.

_____. Foucault et les autres: rencontres critiques dans le domaine des Relations Internationales. In: **Revue internationale des sciences sociales**, n.1, n.191, pp. 77-82, 2007.

DUSSEL, Enrique. **Hacia una Filosofía Política Crítica**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001.

ENLOE, Cynthia. Margins, silences and bottom rungs: how to overcome the underestimation of power in the study of international relations. Smith, S.; Booth, K.; Zalewski, M. (orgs.). **International Theory: Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, pp.186-202, 1996.

FOUCAULT, Michel. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população** (Curso no Collège de France 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**, 6.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAVENTA, John. **Finding the Spaces for Change: a Power Analysis**. In: Institute of Development Studies, v.37, n.6, pp.23-33, 2006.

GONÇALVES, Williams; MONTEIRO, Leonardo. O monopólio das Teorias Anglo-Saxãs no estudo das Relações Internacionais. In: **Século XXI**, Porto Alegre, v.6, n.1, 2015.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HEGEL, Georg W.F **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HEGEL, Georg W.F. **Filosofia da História**. Brasília: Editora da UnB, 1999.

HENRIQUES, Anna B.; LEITE, Alexandre; TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do *Process Tracing* para o estudo das Relações Internacionais. In: **Revista Debates**, v.9, n.1, pp. 09-23, 2015.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria**, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HUSSERL, Edmund. **A filosofia como ciência de rigor**. Coimbra: Atlântida, 1965.

JUNG, João H.S. A Hegemonia Normativa das Relações Internacionais: o Terrorismo como forma de Desobediência Revolucionária. In: PONTEL, Evandro; TAUCHEN, Jair; REITER, Ricardo (orgs.). **Democracia e Desobediência Civil**. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2019.

JUNG, João H.S. A questão da moral na política internacional: uma reflexão teórico-crítica entre Kant e Nietzsche. In: **Conversas & Controvérsias**, v.8, n.1, pp.1-10, 2021.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KAUFMAN, Stuart; LITTLE, Richard; WOHLFORTH, William. **The balance of power in World History**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. Boston: Longman, 2001.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LAPID, Yosef. The third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. In: **International Studies Quarterly**, vol.33, n.3, 235-254, 1989.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Editora Abril, 1973.

MANN, Michael. Has globalization ended the rise and rise of the nation-state? In: LINKLATER, Andrew. **International Relations: critical concepts in political science**. London: Routledge, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolás. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora da UnB : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 2003.

MORGENTHAU, Hans. The intellectual and political functions of Theory. In: DER DERIAN, James. **International Theory: Critical Investigations**. New York: New York University Press, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Martin Claret, 2015.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos: ou a filosofia a golpes de martelo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

NYE, Joseph. **Bound to lead: the changing nature of American power**. New York: Basic Books, 1990.

NYE, Joseph. **The future of power**. New York: PublicAffairs, 2011.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introduction à l'histoire des relations internationales**. Paris: Armand Colin, 1964.

RIBEIRO, Carlos Eduardo. Nietzsche, a genealogia, a história: Foucault, a genealogia, os corpos. In: **Cadernos Nietzsche**, v.39, n.2, pp. 125-160, maio/agosto, 2018.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto. **Governança sem governo**. Brasília: Editora da UnB, 2000.

RUGGIE, John. Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations. In: LINKLATER, Andrew. **International Relations: critical concepts in political science**. London: Routledge, 2000.

SAAR, Martin. Genealogy and subjectivity. In: **European Journal of Philosophy**, v.12, n.2, pp.231-245, 2002.

SAAR, Martin. Understanding Genealogy: History, Power, and the Self. In: **Journal of the Philosophy of History**, v.2, n.3, pp.295-314, 2008.

SCHMIDT, Brian C. Competing Realist Conceptions of Power. In: **Millenium: Journal of International Studies**, v.33, n.3, pp.523-549, 2005.

SOUZA, Ricardo Timm de. **Crítica da Razão Idolátrica: tentação de Thanatos, necroética e sobrevivência**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

SHAPIRO, Michael. Language and power: the spaces of critical interpretation. In: CARVER, Terrell; CHAMBERS, Samuel (orgs.). **Michael J. Shapiro: Discourse, Culture, Violence**. New York: Routledge, 2012.

STERLING-FOLKER, Jennifer; SHINKO, Rosemary. Discourses of Power: Traversing the Realist-Postmodern Divide. In: **Millenium: Journal of International Studies**, v.33, n. 1, pp. 637-664, 2005.

WALKER, Rob. History and Structure in the Theory of International Relations. In: **Millenium: Journal of International Studies**, v.18, n.2, pp.163-183, 1989.

WALLERSTEIN, Immanuel. The inter-state structure of the modern world-system. In: LINKLATER, Andrew. **International Relations: critical concepts in political science**. London: Routledge, 2000.

WALTZ, Kenneth. **Man, the State and War: a Theoretical Analysis**. New York: Columbia University Press, 2001.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

WATSON, Adam. **A evolução da Sociedade Internacional**. Brasília: UnB, 2004.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: University Press, 1999.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília: Editora da UnB, 2002.

WIGHT, Martin. Why is there no International Theory? In: DER DERIAN, James. **International Theory: Critical Investigations**. New York: New York University Press, 1995.

ZACHER, Mark W. Os pilares em ruína do templo de Vestfália: implicações para a governança e a ordem internacional. In: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto. **Governança sem governo**. Brasília: Editora da UnB, 2000.